



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 06 | Junho 2013



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Junho de 2013

Elaborado com informação disponível até ao dia 26 de junho.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)



Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	33
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	43

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Em abril de 2013, a produção industrial mundial melhorou, tendo acelerado para 2,3% em termos homólogos (1,5% em março), tendência que se estendeu tanto às economias avançadas como aos países emergentes e em desenvolvimento. Igualmente, também se assistiu a um reforço do comércio mundial de mercadorias neste período, abrangendo tanto as importações como as exportações mundiais.
- * O anúncio, em meados de junho, das alterações de orientação da política monetária dos EUA com o abrandamento previsto do programa “*quantitative easing*” da Reserva Federal levou a uma evolução descendente dos índices bolsistas internacionais, especialmente da área do euro, a uma brusca depreciação do euro face ao dólar e a um aumento do diferencial das taxas de rendibilidade, particularmente dos países periféricos da área do euro face à Alemanha. Paralelamente à recente instabilidade dos mercados financeiros internacionais, permanece uma elevada incerteza acerca das perspetivas económicas mundiais e a convicção de que os progressos dentro da união bancária europeia devem ser lentos e fragmentados. Assim, a taxa de câmbio do euro face ao dólar registou uma elevada oscilação no decurso do mês de junho de 2013, situando-se em 1,30 no final do mês, tendo-se depreciado bruscamente face ao dia 19 desse mesmo mês (1,34) data em que atingiu o valor mais alto desde meados de fevereiro.
- * No 1.º trimestre de 2013, o PIB do G20 manteve o crescimento de 2,4% em termos homólogos reais, assente num crescimento robusto dos países emergentes (especialmente asiáticos); num maior dinamismo das economias avançadas não pertencentes à área do euro (EUA e Reino Unido) e numa frágil situação da economia da área do euro.
- * Os indicadores disponíveis para o 2.º trimestre de 2013 indicam um abrandamento da produção industrial dos EUA, mantendo, no entanto, uma expansão económica moderada apoiada por um dinamismo do consumo privado e do mercado de habitação num contexto de uma evolução favorável do mercado de trabalho. Com efeito, no conjunto dos meses de abril e maio de 2013, a produção industrial desacelerou; as vendas a retalho mantiveram a mesma taxa de crescimento do 1.º trimestre (4,0%); a taxa de desemprego desceu para 7,6% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,2% (1,7% no 1.º trimestre).
- * No 1.º trimestre de 2013, a atividade económica da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) manteve-se fraca, a qual se deve prolongar ao longo do 1.º semestre. De facto, o PIB da UE e da AE diminuiu 0,7% e 1,1% em termos homólogos reais (-0,7% e -1,0%, respetivamente, no 4.º trimestre de 2012) em resultado da quebra da procura interna e da desaceleração das exportações. No conjunto dos meses de abril e maio de 2013, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto para a UE como para a AE, interrompendo a melhoria registada no início do ano. Em abril de 2013, a taxa de desemprego subiu na AE para 12,2% e, manteve-se em 11% na EU. A taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 1,4% em maio de 2013 (1,2%, em abril) devido sobretudo à aceleração dos preços de bens alimentares não transformados e dos serviços.
- * Em junho de 2013, o preço *spot* do petróleo *Brent* manteve-se, em média, em 103 USD/bbl, mas diminuiu para 78 €/bbl (79 €/bbl).

Conjuntura Nacional

- * As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 1.º trimestre de 2013 apontam para uma quebra real de 4,0% do PIB. Em cadeia, o PIB registou uma de 0,4%, movimento sustentado por um contributo mais negativo da procura interna.

- * Em maio, o indicador de clima económico do INE melhorou face ao 1.º trimestre (+0,9 p.p.).
- * No mercado de trabalho, e segundo o IEFP, no final de maio havia 703,2 mil desempregados registados, mais 9,7% que no período homólogo. As ofertas e colocações de emprego, por seu turno, continuam a crescer, atingindo taxas de variação homólogas no trimestre terminado em maio de 46,8 e 47,5%, respetivamente.
- * A taxa de inflação do mês de maio foi, segundo o INE, de 0,7%. A média dos últimos 12 meses foi 1,6%. Em maio, a taxa de inflação em Portugal, medida pelo IHPC, continuou abaixo da verificada na área do euro.
- * Até maio, o défice global provisório das Administrações Públicas (AP), na ótica da contabilidade pública, foi de 1738,2M€, aumentando 418,6M€ face ao período homólogo. Para este comportamento contribuíram a redução dos excedentes dos Serviços e Fundos Autónomos (em 418,6M€, devido quer à diminuição do excedente dos SFA excluindo as EPR, em 181,6M€, quer ao aumento do défice das EPR, em 58,8M€) e da Administração Local (em 211,3M€) e uma redução do défice da Administração Regional (em 15,0M€). O Estado e a Segurança Social, em sentido contrário, contribuíram no sentido da melhoria do saldo das AP, sendo que o Estado diminui o défice em 31,9M€ e a Segurança Social aumentou o seu excedente em 16,2M€.
- * A execução financeira consolidada¹ provisória do SNS, nos primeiros cinco meses do ano, indica um saldo de 13,5M€, que compara com o défice de 155,1M€ registado no período homólogo.
- * De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em abril de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 208,9 mil M€, mais 688M€ que no final de março.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 3,9% nos primeiros quatro meses de 2013. Neste mesmo período, as importações decresceram 3,4%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 32,3%, correspondendo a 1 234 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 85,8%, mais 6 p.p. que em igual período de 2012.
- * Nos primeiros quatro meses de 2013, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (1,2%). As importações decresceram a uma taxa inferior à registada pelas importações totais (-1,5%), o que levou a uma significativa melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 35,3%.
- * No último ano a terminar em abril de 2013, as exportações de mercadorias cresceram 4,1% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+1,6 p.p.), das “Máquinas”, dos “Químicos” e dos “Agroalimentares” (todos com +0,8 p.p.). Nos primeiros quatro meses de 2013, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,8 p.p.), seguido do contributo dos “Agroalimentares” (+1,0 p.p.) e dos “Químicos” (+0,6 p.p.).
- * De janeiro a abril de 2013, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 1,8 % e contribuíram em 1,3 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga

¹ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Resultados mensais preliminares de janeiro a abril de 2013.

positiva de 1,9% (contributo de +1,3 p.p. para o total das exportações) e as exportações para os países do Alargamento cresceram 0,8%. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (23,2% do total de janeiro a abril de 2013), registaram o maior contributo Intra UE-15 (+1,3 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para os Países Baixos (+0,5 p.p.).

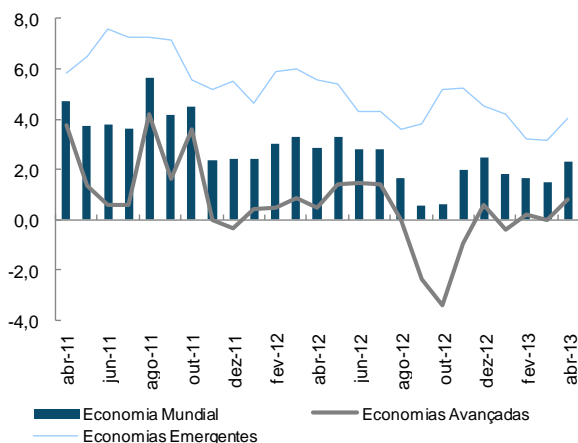
- * Nos primeiros quatro meses de 2013, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 9,4%, passando a representar 29,0 % do total das exportações nacionais (+1,4 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Argélia (+125,4%), Marrocos (+58,1%) e o Brasil (+16,4%).
- * De janeiro a abril de 2013, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 3,6%. As exportações de produtos de média baixa e baixa intensidade tecnológica contribuíram positivamente para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+2,3 p.p. e +2,1 p.p., respetivamente).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de março de 2013, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 1,3% nos primeiros três meses de 2013. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (3,8% e 0,5%, respetivamente) e foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (+0,9 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em abril de 2013, a produção industrial mundial acelerou para 2,3% em termos homólogos (1,5% em março). Esta melhoria foi extensível tanto às economias avançadas como aos países emergentes, embora tenha sido mais acentuada para este último grupo de países.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



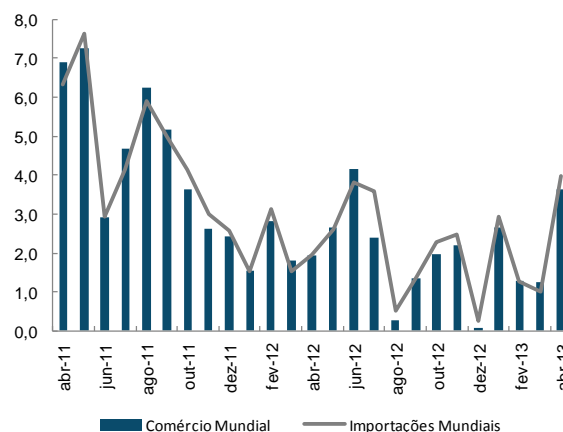
Fonte: CPB.

Igualmente, também se assistiu a um reforço do crescimento do comércio mundial de mercadorias, abrangendo tanto as importações e as exportações mundiais.

De facto, em abril de 2013 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial acelerou para 3,6% (1,2% em março);
- as importações e as exportações mundiais aceleraram para 4,0% e 3,3%, respetivamente (1,0% e 1,5%, no mês precedente).

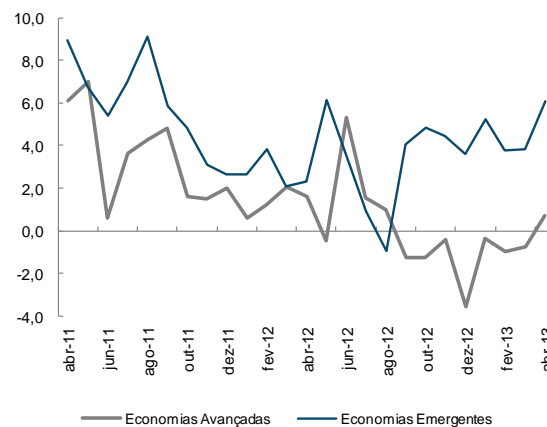
Figura 1.2. Comércio Mundial e Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A melhoria registada nas trocas comerciais mundiais deu-se sobretudo nos países emergentes, especialmente asiáticos. Já em relação às economias avançadas, o progresso registado das suas trocas comerciais (EUA e área do euro) manteve, no entanto, uma variação negativa para o caso das importações; enquanto as exportações registaram um ligeiro aumento, invertendo a tendência dos últimos meses.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

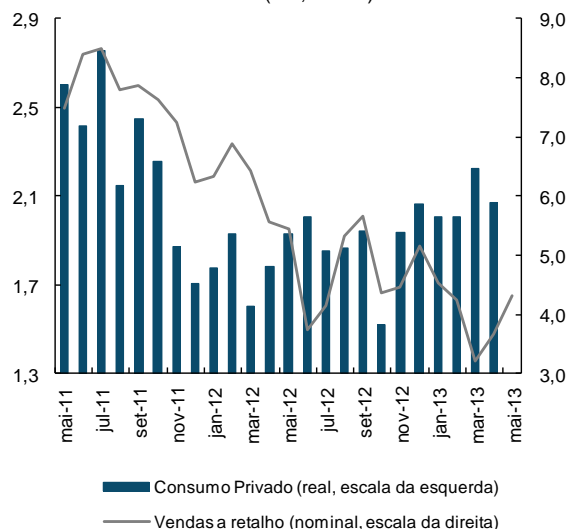
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2013			
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	2,3	2,9	3,0	1,7	1,7	1,7	1,8	1,6	1,5	2,3
Economias Avançadas	VH	CPB	0,0	0,6	1,1	-0,3	-1,3	-0,1	-0,4	0,2	0,0	0,8
Economias Emergentes	VH	CPB	4,9	5,5	5,1	3,9	5,0	3,5	4,2	3,2	3,1	4,0
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	1,9	2,1	2,9	1,3	1,4	1,7	2,6	1,3	1,2	3,6
Importações Mundiais	VH	CPB	2,1	2,1	2,8	1,8	1,7	1,8	2,9	1,3	1,0	4,0
Economias Avançadas	VH	CPB	-0,3	0,2	0,4	-0,3	-1,7	-2,0	-0,8	-1,7	-3,6	-1,4
Economias Emergentes	VH	CPB	4,9	4,3	5,6	4,3	5,5	6,1	7,3	4,7	6,4	10,3
Exportações Mundiais	VH	CPB	1,8	2,0	3,0	0,9	1,2	1,7	2,3	1,3	1,5	3,3
Economias Avançadas	VH	CPB	0,5	1,3	2,1	0,4	-1,8	-0,7	-0,4	-1,0	-0,8	0,7
Economias Emergentes	VH	CPB	3,1	2,9	4,0	1,3	4,3	4,3	5,2	3,7	3,8	6,1

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o 2.º trimestre de 2013 indicam um abrandamento da economia dos **EUA**, mantendo, no entanto, uma expansão moderada apoiada por um dinamismo do consumo privado e do mercado de habitação resultando numa melhoria do mercado de trabalho.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



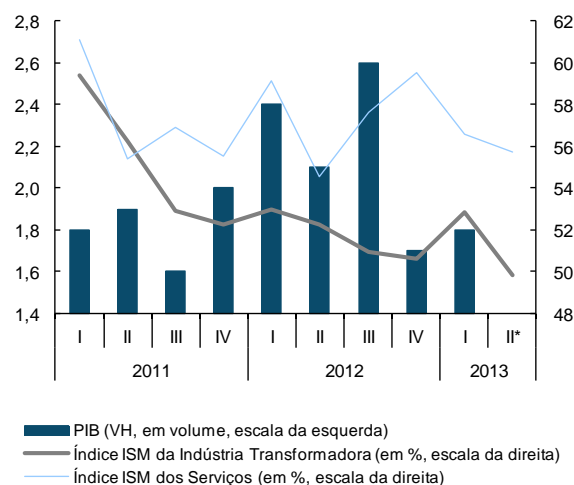
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Com efeito, no conjunto dos meses de abril e maio de 2013 e, em termos homólogos:

- a produção industrial desacelerou para 1,4% (2,1% no 1.º trimestre) e os indicadores de confiança dos empresários da indústria e dos serviços diminuiram;
- as vendas a retalho aumentaram 4,0% em termos nominais, mantendo a mesma taxa do 1.º trimestre;
- a taxa de desemprego desceu para 7,6% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,2% (1,7% no 1.º trimestre de 2013).

Em abril de 2013 e em comparação homóloga, o consumo privado desacelerou para 2,1% em termos reais (2,2% em março) e as exportações recuperaram, tendo aumentado 1,7% em termos nominais (-0,7% em março).

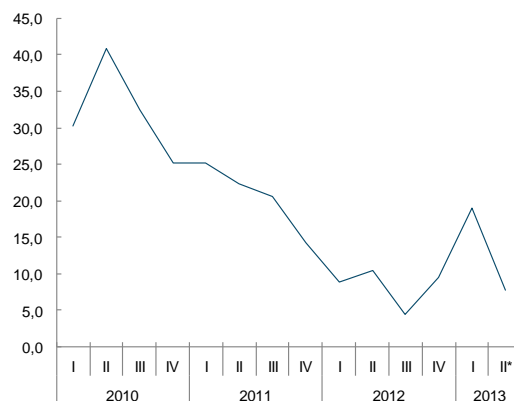
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade. * Média de abril e maio.

Os indicadores disponíveis para a **China** para o 2.º trimestre de 2013, sugerem que a atividade industrial foi menos robusta; enquanto o consumo privado reforçou o seu crescimento. De facto, no conjunto dos meses de abril e maio de 2013 e, em termos homólogos, a produção industrial abrandou para 9,3% (9,6% no 1.º trimestre de 2013); as exportações desaceleraram para 7,8% (18,9% no 1.º trimestre de 2013); enquanto as vendas a retalho aceleraram para 12,9% (12,4% no 1.º trimestre).

Figura 1.6. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)



Fonte: Instituto de Estatística da China. * Média de abril e maio.

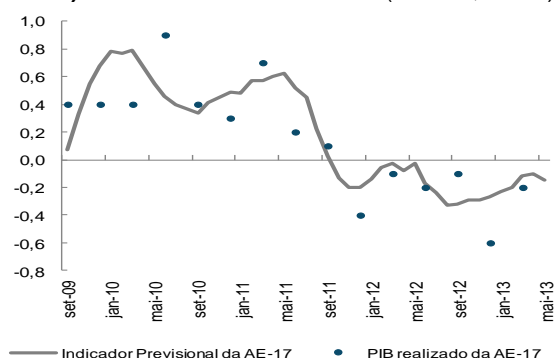
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2013			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
EUA – PIB real	VH	BEA	2,2	2,4	2,1	2,6	1,7	1,8	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	3,8	4,5	4,8	3,4	2,5	2,1	1,9	2,7	1,3	1,4
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,7	53,0	52,3	50,9	50,6	52,9	54,2	51,3	50,7	49,0
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,7	59,1	54,5	57,6	59,5	56,6	56,9	56,5	55,0	56,5
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	76,5	75,5	76,3	75,0	79,4	76,7	77,6	78,6	76,4	84,5
Taxa de Desemprego	%	BLS	8,1	8,3	8,2	8,1	7,8	7,7	7,7	7,6	7,5	7,6
China – PIB real	VH	NBSC	7,8	8,1	7,6	7,4	7,9	7,7	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	7,9	8,9	10,4	4,5	9,5	18,9	21,8	10,0	14,7	1,0
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,9	3,2	3,9	0,3	0,4	0,2	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de abril e maio de 2013, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), interrompendo o aumento registado no 1.º trimestre de 2013. Também, o indicador previsional do Banco de Itália indica que o PIB em cadeia da AE melhorou deteriorou-se em maio de 2013, fenómeno que não sucedia desde agosto de 2012, continuando, a prever uma variação negativa para o 2.º trimestre (-0,2% no 1.º trimestre de 2013).

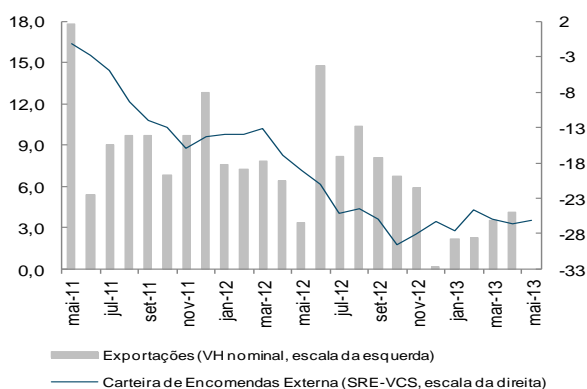
Figura 1.7. Indicador mensal da Área do Euro (€ Coin) e PIB Trimestral da AE-17 (VC real, em %)



Fontes: Banco de Itália; Eurostat.

Os indicadores quantitativos disponíveis para a área do euro no início do 2.º trimestre, indicam que a produção industrial e as vendas a retalho melhoraram; embora continuem a apresentar uma quebra. Já em relação às exportações, estas aceleraram para 4,2% em termos homólogos nominais em abril de 2013.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

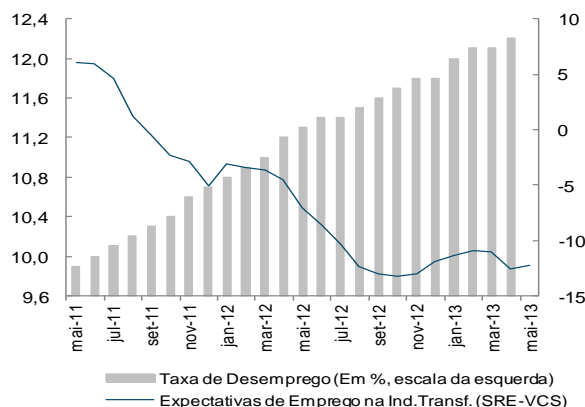
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2013			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-0,3	0,2	-0,3	-0,4	-0,7	-0,7	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,9	94,4	92,5	88,3	88,5	91,3	91,5	91,5	89,7	90,8
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	-0,6	-0,1	-0,5	-0,7	-1,0	-1,1	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	90,5	95,4	92,5	87,4	86,8	90,1	90,4	90,1	88,6	89,4
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-2,4	-1,8	-2,2	-2,4	-3,1	-2,4	-2,9	-1,6	-0,6	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-1,8	-1,2	-1,7	-1,6	-2,6	-2,0	-1,8	-2,4	-1,3	:
Taxa de Desemprego	%	"	11,4	10,9	11,3	11,5	11,8	12,1	12,1	12,1	12,2	:
IHPC	VH	"	2,5	2,7	2,5	2,5	2,3	1,9	1,9	1,7	1,2	1,4

Em abril de 2013, a taxa de desemprego subiu na AE para 12,2% e, manteve-se em 11% na UE.

Em maio de 2013, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os setores da indústria transformadora, dos serviços e do comércio a retalho; enquanto pioraram para a construção.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em maio de 2013, a taxa de inflação da área do euro subiu para 1,4% em termos homólogos (1,2% em abril); enquanto diminuiu para 2,1% em termos de variação dos últimos 12 meses. A evolução ascendente da inflação em termos homólogos resultou sobretudo da aceleração dos preços de bens alimentares não transformados e dos serviços.

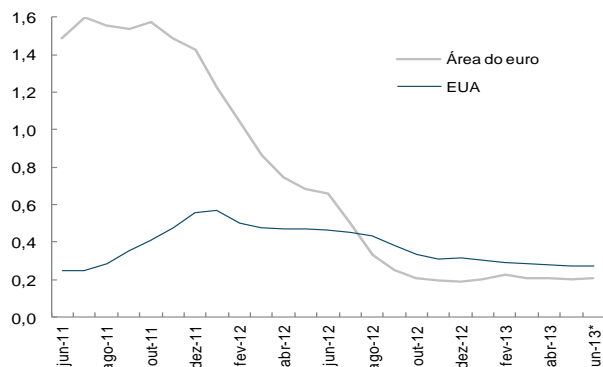
Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis aumentaram 2,0% em termos homólogos nominais no 1.º trimestre de 2013, igual à taxa do trimestre precedente.

No 1.º trimestre de 2013, o emprego total da economia deteriorou-se, tendo diminuído 1,0% em termos homólogos na AE (-0,8% no 4.º trimestre de 2012), acompanhado de uma ligeira quebra de produtividade, a qual diminuiu 0,1 p.p. (-0,2 p.p. no 4.º trimestre de 2012).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em junho de 2013 e até ao dia 24, as taxas de juro de curto prazo mantiveram-se relativamente estabilizadas tanto para a área do euro como para os EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,21% (0,20%, em maio) e a dos EUA em 0,27%.

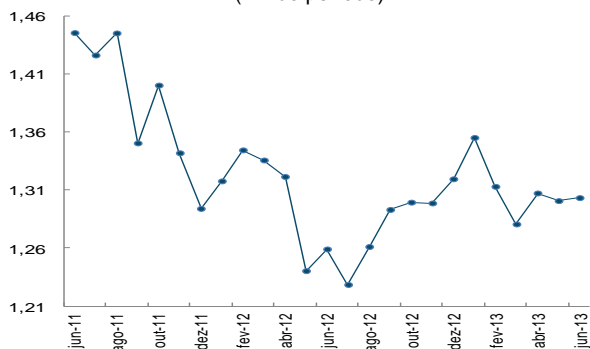
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 24.

Em maio de 2013, as taxas de juro de longo prazo aumentaram ligeiramente para os EUA; enquanto prosseguiram a tendência descendente para a área do euro. Apesar da diminuição significativa da perceção do risco na área do euro, no decurso dos meses de abril e maio; no período mais recente, esta situação inverteu-se, tendo-se assistido a um aumento do diferencial das taxas de rentabilidade dos países periféricos face à Alemanha associado, em parte, à nova orientação da política monetária dos EUA.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para junho, o valor é do dia 27.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

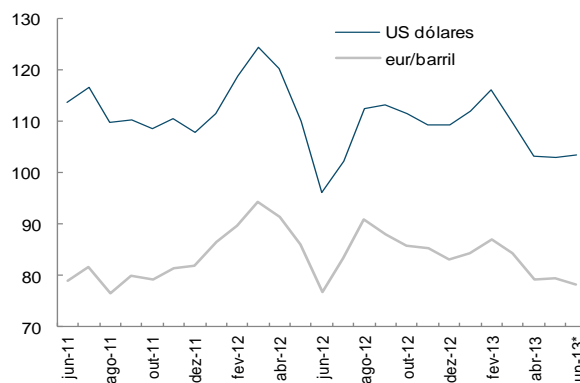
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2013			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,19	0,78	0,66	0,22	0,19	0,21	0,21	0,21	0,21	0,20
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	1,80	2,04	1,82	1,64	1,71	1,95	1,98	1,96	1,76	1,93
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,02	4,39	4,27	3,99	3,41	3,14	3,21	3,09	2,88	2,72
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,319	1,336	1,259	1,293	1,319	1,28	1,313	1,281	1,307	1,301
Dow Jones*	VC	Yahoo	7,3	8,1	-2,5	4,3	-2,5	11,3	1,4	3,7	1,8	1,9
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	13,8	6,9	-8,6	8,4	7,4	-0,5	-2,6	-0,4	3,4	2,1
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	111,58	118,21	108,78	109,31	110,01	112,56	116,14	109,46	103,19	103,08
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	0,7	12,4	-7,1	-2,6	1,0	-4,8	-2,2	-12,0	-14,2	-6,3
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	9,0	17,3	4,2	10,0	4,9	-5,4	-3,2	-10,4	-13,3	-7,7
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	86,7	88,7	88,6	84,6	85,3	83,5	85,0	82,1	79,9	74,3

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent de 2009 a 2013 corresponde à média diária do IGCP.

Em junho de 2013, a taxa de câmbio do euro face ao dólar registou uma elevada oscilação. Com efeito, em média, até ao dia 27, o câmbio situou-se em 1,32 (+1,6% face à média do mês de maio). No entanto, o anúncio do fim previsto do programa "quantitative easing" da Reserva Federal dos EUA em meados do mês de junho levou a uma brusca depreciação do euro face ao dólar, para se situar em 1,30 no dia 27 (1,34 no dia 19 deste mês, o valor mais elevado desde meados de fevereiro).

Em maio de 2013, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 74,3 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em junho de 2013, e até dia 24, o preço do petróleo Brent manteve-se, em média, em 103 USD/bbl, mas diminuiu para 78 €/bbl, devido à apreciação do euro face ao dólar.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 24.

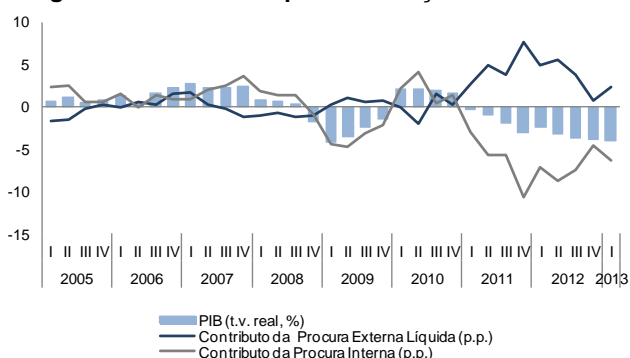
No conjunto dos meses de abril e maio de 2013, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo diminuído 2,2% em termos homólogos (+1,2% no 1.º trimestre de 2013). Esta evolução foi extensiva à generalidade de bens, com destaque para a descida mais expressiva dos preços dos metais e dos *inputs* industriais.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 1.º trimestre de 2013, o PIB registou uma variação homóloga de -4,0% do PIB (-3,8% no 4.º trimestre de 2012), movimento sustentado por um contributo mais negativo da procura interna (-6,4 p.p. face aos -4,6 p.p. no 4.º trimestre) e que se deveu essencialmente a variações homólogas mais negativas da FBCF (-17,2% face aos -12,8% no período precedente). A procura externa líquida aumentou o seu contributo positivo, tendo evoluído de 0,8 p.p. para 2,3 p.p. devido a uma quebra mais acentuada das importações (-6,0% contra -2,3% no trimestre anterior) e a um crescimento moderado das exportações que aceleraram 0,3 p.p.

Figura 2.1. Contributo para a Variação real do PIB

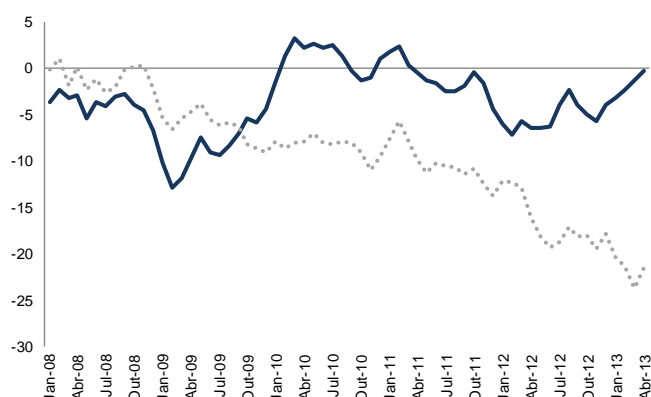


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em abril, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção diminuiu 2,9% e o índice de volume de negócios decresceu 4,5% (-4,0% e -6,5% no trimestre anterior, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas continua em quebra acentuada (-21,5% quando no 1.º trimestre de 2013 apresentava uma variação homóloga de -23,8%);
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma quebra face ao período homólogo de 8,2% (+0,9 p.p. face ao 1.º trimestre de 2013);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou uma queda de 4,4%, uma melhoria de 0,4 p.p. face ao trimestre terminado em março.

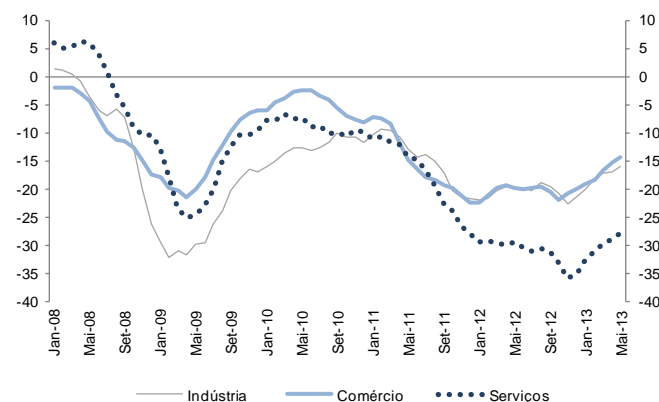
Figura 2.2. Índices de Produção (Quantitativos)



Em maio, à exceção da construção que se manteve inalterada, confirma-se a tendência de melhoria dos indicadores de confiança da construção, comércio e os serviços, particularmente significativa neste período.

O mesmo comportamento é observado no Indicador de Clima Económico, que mantém a tendência de recuperação que tem registado desde o 2.º trimestre de 2012.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

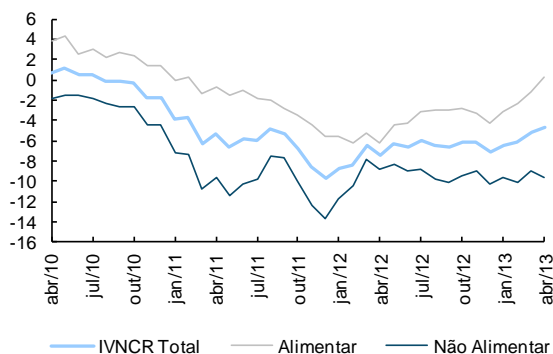
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2013					
				1T	2T	3T	4T		1T	jan	fev	mar	abr	mai
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-2.3	-3.2	-3.6	-3.8	-4.0	:	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-4.0	-4.1	-3.9	-3.6	-4.2	-4.1	-4.3	-4.2	-3.9	-3.6	-3.2	
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-20.3	-20.2	-19.9	-19.6	-21.4	-17.2	-18.6	-17.5	-15.6	-17.7	-14.9	
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-20.1	-19.9	-19.9	-20.5	-19.9	-16.7	-19.9	-15.8	-14.4	-15.6	-12.6	
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-31.5	-29.6	-30.3	-31.0	-35.2	-29.7	-31.0	-30.1	-28.1	-29.0	-26.5	
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-70.4	-68.8	-71.5	-70.5	-70.7	-65.7	-68.2	-64.4	-64.5	-63.3	-63.3	
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-3.0	-1.7	-4.9	-3.0	-2.1	-4.0	-3.3	-3.6	-4.9	0.1	:	
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-3.1	0.5	-4.3	-5.3	-3.4	-6.5	-2.8	-7.3	-9.0	3.6	:	
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-9.7	-9.0	-11.0	-10.1	-8.8	-9.3	-6.4	-10.9	-10.4	-3.2	:	

Consumo Privado

No trimestre terminado em abril, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho caiu 4,6% face ao período homólogo (no trimestre terminado em março tinha caído 5,1%). Neste período, a componente alimentar registou uma variação homóloga de 0,2%, ao passo que na componente não-alimentar a variação foi de -9,6%.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

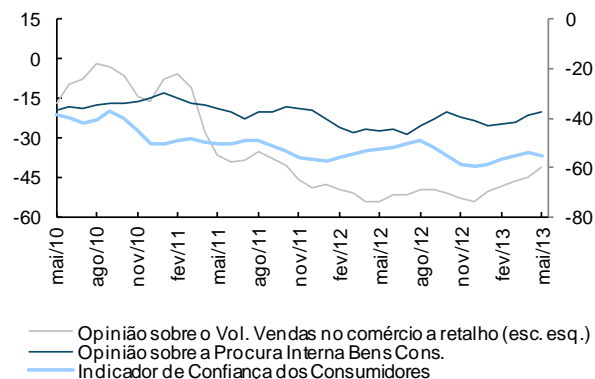


Fonte: INE.

As opiniões dos empresários quanto às perspetivas sobre o volume de vendas no comércio a retalho e a procura interna de bens de consumo melhoraram no trimestre terminado em maio face ao trimestre terminado em abril de 2013.

Para o mesmo período, o Indicador de Confiança dos Consumidores, pelo contrário, piorou, tendo ao nível das componentes, registado uma deterioração nas perspetivas de poupança e na confiança sobre a situação económica do país, sendo ao mesmo tempo esperadas para os próximos 12 meses melhorias no desemprego e na situação financeira dos agregados familiares.

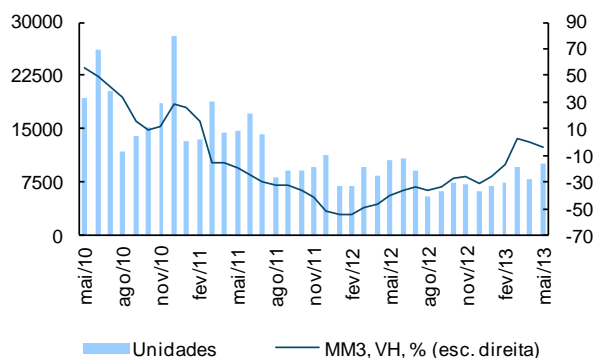
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em maio de 2013 venderam-se 10 061 automóveis ligeiros de passageiros. A variação homóloga mensal foi -5,7%. No trimestre terminado em maio, verificou-se uma queda de 3,5%.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

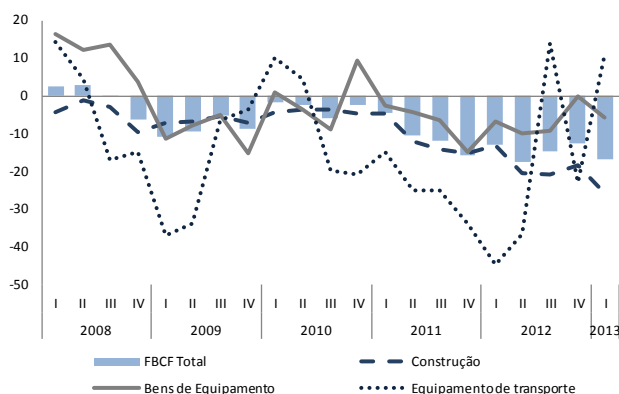
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2013				
				T1	T2	T3	T4		T1	jan	fev	mar	abr
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-5.6	-5.5	-5.7	-6.0	-5.3	-4.3	-	-	-	-	-
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52.2	-54.5	-51.5	-51.4	-59.8	-55.3	-57.8	-52.8	-55.5	-54.3	-55.2
Volume de Vendas no Comércio a Retalho*	VH	"	-51.7	-50.8	-51.7	-49.7	-54.5	-46.4	-42.2	-48.2	-48.9	-37.5	-37.3
Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6.7	-6.5	-6.6	-6.6	-7.2	-5.1	-4.0	-5.3	-6.0	-2.6	:
Bens Alimentares	VH	"	-4.2	-5.2	-4.2	-3.0	-4.3	-1.2	-1.0	0.2	-2.6	3.3	:
Bens não alimentares	VH	"	-9.3	-7.9	-9.0	-10.1	-10.2	-9.0	-7.0	-10.5	-9.5	-8.7	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-37.9	-48.4	-35.5	-33.4	-30.3	2.7	0.8	8.9	-0.3	-4.4	-5.7
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	-6.0	-6.2	-5.4	-7.7	-4.6	-4.1	0.2	-5.7	-6.5	6.5	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 1.º trimestre de 2013 a FBCF registou uma quebra de 16,8% (piorou 4,0 p.p. face ao trimestre anterior). A componente de construção foi a que mais contribuiu para esta evolução, registando um contributo de -15,0 p.p. face aos -10,7 p.p. do trimestre anterior. Também os bens de equipamento registaram uma variação homóloga mais negativa (-5,7% face aos -0,1% no período precedente). O investimento em equipamento de transporte alcançou um contributo positivo de 0,5 p.p., tendo evoluído de uma variação homóloga de -22,9% para 10,7%.

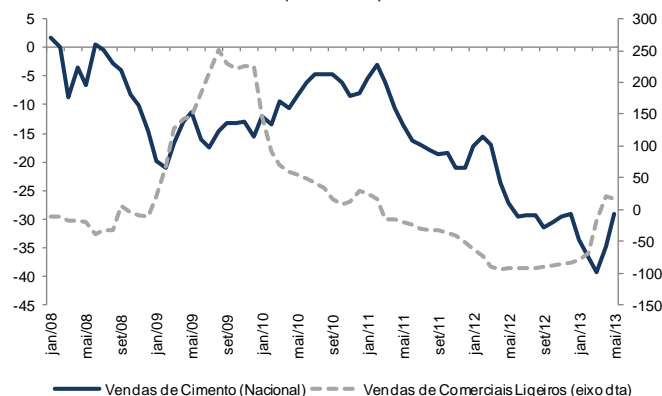
Figura 2.7. Formação Bruta de Capital Fixo
(VH, ano de referência 2006)



Os dados disponíveis para o trimestre terminado em maio mostram que:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros subiram 16% (-4,0 p.p. face ao trimestre terminado em abril) que contrasta uma variação de -8,6% na venda de veículos comerciais pesados, uma queda de 26 p.p. face ao período precedente;
- o volume de vendas de bens de investimento registara, uma quebra menos acentuada;
- as vendas de cimento atenuaram ligeiramente a sua trajetória registando uma queda de 29% (+6 p.p. comparando com os valores verificados no trimestre terminado em abril).

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)

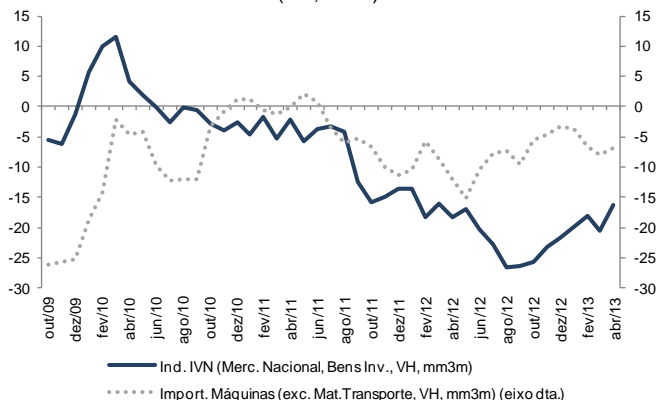


Fonte: INE.

No trimestre terminado em abril, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional melhorou marginalmente a sua evolução, situando-se nos -16,3% (-20,5% no 1.º trimestre de 2013);
- as licenças de construção de fogos registaram uma queda de 23,6% (-1,3 p.p. face ao trimestre anterior);
- a importação de bens de capital exceto material de transporte desceu 9,3% (-1.1 p.p. face ao 1.º trimestre).

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

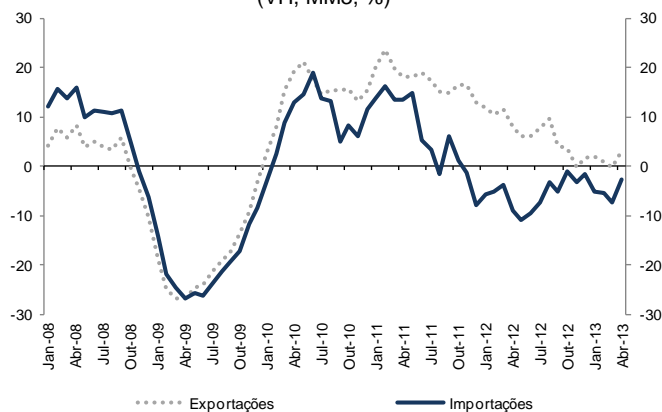
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013	2013				
				1T	2T	3T	4T		1T	jan	fev	mar	abr
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-13.5	-14.9	-20.6	-14.5	-2.1	-16.8	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-14.5	-13.1	-17.5	-14.6	-12.8	-16.8	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-16.2	-13.1	-17.0	-16.8	-16.5	-18.5	-18.0	-18.9	-18.6	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIM PQR	-26.7	-17.1	-29.7	-31.5	-29.1	-39.2	-37.0	-35.7	-44.6	-21.5	-18.7
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23.6	-90.9	-92.1	-90.5	-82.8	-16.7	-51.4	23.6	15.5	21.4	11.9
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-29.1	-52.8	-51.9	-5.8	22.7	-0.2	-14.6	64.6	-15.1	84.5	-32.6
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-45.0	-47.2	-45.3	-40.1	-47.5	-30.3	-18.3	-34.5	-38.2	-44.0	-20.0
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-34.7	-31.0	-35.1	-33.8	-39.9	-44.8	-59.7	-16.7	-51.4	-29.2	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-6.5	-7.3	-9.1	-9.7	0.1	-9.0	1.1	-14.5	-13.0	0.8	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-21.1	-16.2	-20.4	-26.4	-21.7	-20.5	-21.0	-17.2	-22.8	-7.2	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

De acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 1.º trimestre de 2013 assistiu-se a um crescimento real das exportações de 0,1% e a uma quebra das importações de 6% (-0,2% e -2,3% respetivamente no trimestre precedente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em abril, e em termos homólogos:

- as exportações de bens aceleraram 3.2 p.p. tendo registado um crescimento de 3,1%. A componente extracomunitária aumentou 8,7%, um valor acima dos 4,6% registados no 1.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 0,9% (-2,0% no 1.º trimestre);
- as importações de bens registaram uma quebra de 2,7% (-7,2% no 1.º trimestre). A componente intracomunitária das importações desceu 6,2%, sendo que o mercado extracomunitário subiu 6,8% em termos homólogos (-9,2% e -2,2% no 1.º trimestre respetivamente). Estes resultados permitem que a taxa de cobertura do comércio internacional de bens se situe atualmente em 85,8% (79,8% em igual período de 2012);
- as novas encomendas à indústria do mercado externo caíram 9,2% (-8,0% no 1.º trimestre).

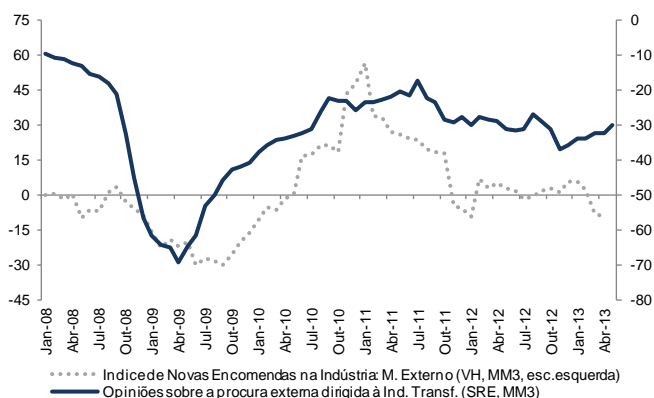
Por seu lado, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram menos negativas quando comparadas com os meses anteriores.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012	2012				2013	2012	2013			
					1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar	abr
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7.1	3.2	8.2	3.5	1.7	-0.2	0.1	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-5.9	-6.7	-5.4	-10.8	-8.1	-2.3	-6.0	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-4.4	-0.6	-1.7	0.0	-0.3	-0.4	1.4	:	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-5.6	0.3	-3.1	0.3	0.5	3.9	0.7	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16.5	5.8	11.6	6.2	4.0	1.8	-0.2	-0.8	6.6	-2.9	-3.5	17.3
Entradas de mercadorias	VH nom	"	3.8	-5.1	-3.8	-9.6	-5.0	-1.5	-7.2	-4.9	-5.6	-6.1	-9.9	9.2

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012	2012				2013	2012	2013				Diferença
					1T	2T	3T	4T	1T	janeiro - abril	janeiro - abril	jan	fev	mar	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-9 859	1313	-1043	-489.3	2432.8	413.0	:	-1468.6	868.2				2336.8
Saldo Balança de Bens	"	"	-14 205	-8 582	-2 399	-1871.4	-2252.8	-2059.4	:	-3082.5	-1826.2				1256.3
Saldo Balança de Serviços	"	"	7 697	8 693	1373	2030.8	3340.2	1949.3	:	2012.9	2257.5				244.6
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-8 464	-6 422	-1559	-2074.3	-1498.6	-1290.0	:	-2131.7	-1607.1				524.5
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 990	3 755	821	732.2	1316.6	885.2	:	1018.1	1338.3				320.1

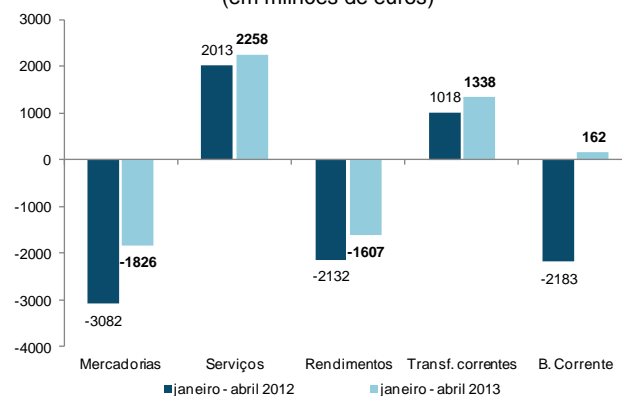
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até abril de 2013, o excedente acumulado da balança corrente foi de 162 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 2346 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em quase todos os saldos, excetuando a balança de capital cujos valores permaneceram praticamente inalterados. É de destacar o comportamento da balança de bens que melhorou 1256 milhões de euros.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP

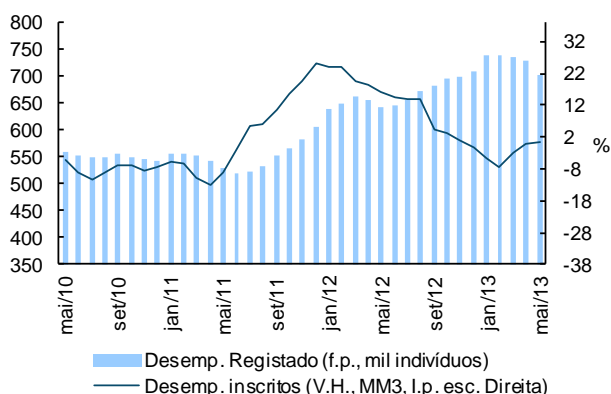
No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento da economia portuguesa de 868 milhões de euros (uma melhoria de 2337 milhões de euros face ao mesmo período de 2012).

Mercado de Trabalho

Segundo dados do IEFP, estavam, no final de maio de 2013, registados 703,2 mil desempregados. A taxa de variação homóloga foi de 9,7%, situando-se 1,4 p.p. abaixo da registada no mês de abril.

No trimestre terminado em maio, a variação homóloga do número de desempregados inscritos ao longo do período foi de 0,5%.

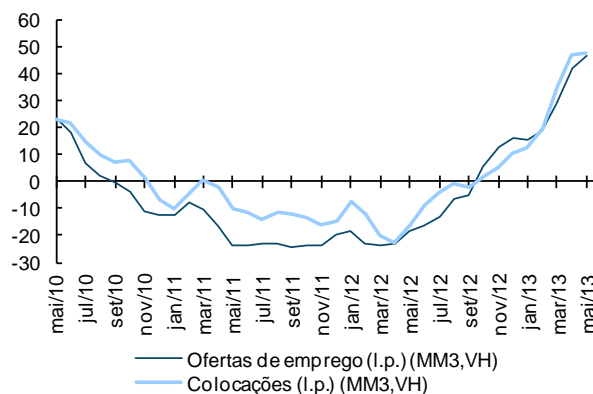
Figura 2.13. Desemprego (%)



Fonte: IEFP.

Relativamente às ofertas de emprego e colocações, houve uma melhoria no trimestre terminado em maio face ao trimestre homólogo. No caso das ofertas de emprego, verificou-se um aumento de 46,8%; já as colocações aumentaram em 47,5%.

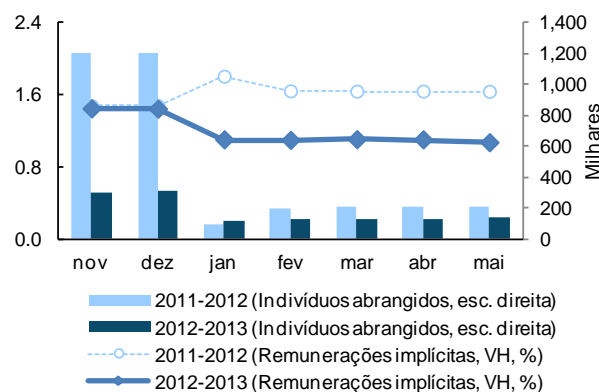
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

O número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) situou-se em 134,9 mil, abaixo do registado em abril de 2012 (cerca de 200 mil). A variação média anual da remuneração implícita convencionalizada pelos IRCT manteve-se em 1,1%.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

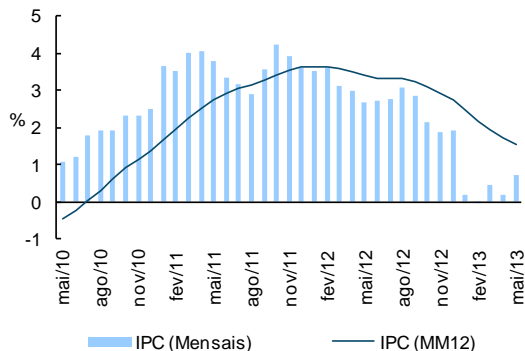
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2011	2012				2013	2013				
				T4	T1	T2	T3	T4	T1	jan	fev	mar	abr	mai
Taxa de desemprego	%	INE	15,7	14,0	14,9	15,0	15,8	16,9	17,7	-	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-4,2	-4,3	-4,2	-4,2	-4,1	-4,3	-4,9	-	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	17,4	11,7	19,8	24,5	23,4	17,4	11,0	16,1	14,1	11,0	11,1	9,7
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	8,5	25,3	19,8	14,7	4,3	-1,3	-3,2	-1,8	-5,2	-3,0	9,5	-4,0
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-8,8	-19,6	-23,6	-16,4	-4,8	16,2	28,6	24,4	34,2	28,4	62,4	49,9
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,4	1,5	1,6	1,6	1,4	1,4	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-8,7	-5,0	-7,2	-9,6	-9,6	-8,1	-0,4	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	2,1	2,8	1,6	2,5	2,2	1,9	:	-	-	-	-	-

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

A taxa de inflação do mês de maio foi, segundo o INE de 0,7% (tinha sido de 0,2% no mês de abril). Tomando em consideração a média dos 12 meses anteriores, analisando assim a taxa de inflação do ano terminado em maio, o valor situa-se em 1,6%.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC (VH, %)



Fonte: INE.

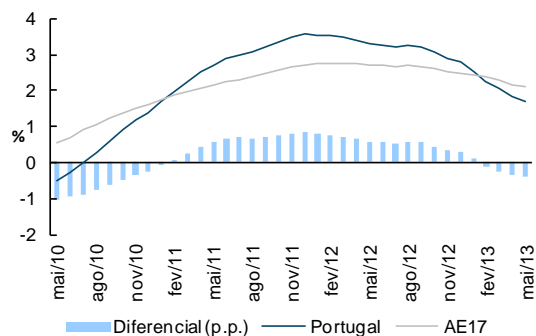
Os dados do INE permitem-nos verificar que os preços dos bens e dos serviços apresentaram, em maio, variações homólogas de 0,7% e 0,8%, respetivamente.

O IPC subjacente, isto é, do IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos, aumentou face ao período homólogo em 0,5%. O diferencial entre o IPC total e o subjacente situou-se em 0,2 p.p., este mês.

Olhando para as categorias do IPC, constata-se que as maiores subidas de preços em termos homólogos se deram nos Produtos Alimentares e Bebidas (3,1%) e nas Bebidas Alcoólicas e Tabaco (4,1%), ao passo que as maiores descidas em termos homólogos se registaram no Vestuário e Calçado (-3,6%) e nos Transportes (-3,4%).

Comparando a inflação portuguesa com a da área do euro através do IHPC, regista-se que a inflação portuguesa se mantém abaixo da inflação média da União Monetária.

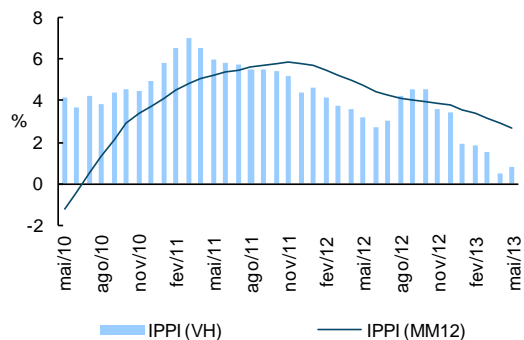
Figura 2.17. Taxa de Variação do IHPC (MM12, VH, %)



Fonte: INE.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou em maio uma variação homóloga de 0,8 % (0,3 p.p. acima do mês anterior).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI (VH, %)



Fonte: INE

Para a variação do IPPI contribuíram principalmente os aumentos registados nas classes de Eletricidade, Água, Gás, Vapor, Ar Quente e Ar Frio, bem como na Captação, Tratamento e Distribuição de Água; Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição, os quais foram de 6,4 e 2,2%, respetivamente. Os Bens de Consumo Duradouros e a Indústria Extrativa viram ambas os preços cair em 0,5%.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

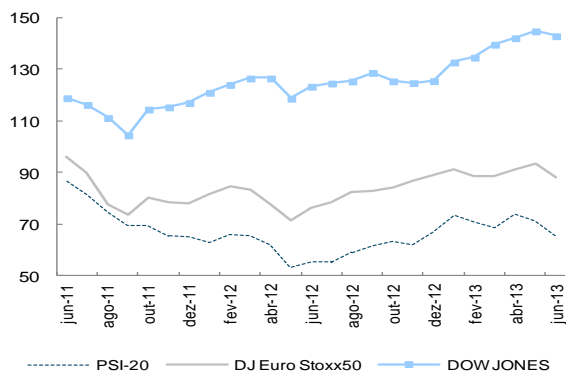
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013				
				set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	0,2	0,6	0,3	-0,3	0,0	-1,2	-0,1	1,7	0,0	0,2
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	2,8	2,9	2,1	1,9	1,9	0,2	0,0	0,5	0,2	0,7
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,3	3,3	3,1	2,9	2,8	2,5	2,2	2,0	1,7	1,6
IPC - Bens	VH	"	2,5	2,6	1,6	1,2	1,2	-0,4	-0,6	0,0	-0,2	0,7
IPC - Serviços	"	"	3,1	3,4	3,0	3,0	3,0	1,0	0,7	1,2	0,7	0,8
IPC Subjacente*	"	"	1,5	1,1	1,1	1,2	1,3	-0,3	-0,5	0,3	0,3	0,5
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	3,8	4,5	4,6	3,6	3,4	1,9	1,8	1,5	0,5	0,8
IHPC	"	"	2,8	2,9	2,1	1,9	2,1	0,4	0,2	0,7	0,4	0,9
Diferencial IHPC PT vs. AE (MM12, VH)	p.p.	Eurostat	0,3	0,6	0,4	0,4	0,3	0,1	-0,1	-0,2	-0,3	-0,4

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em junho de 2013, os índices bolsistas internacionais deterioraram-se, especialmente para a área do euro. Esta quebra dos índices bolsistas internacionais traduz, em parte, o impacto da alteração da orientação da política monetária dos EUA, na reunião da Reserva Federal de 19/20 de junho e, possíveis consequências no crescimento económico mundial. Assim, no final de junho de 2013 e, no dia 27, face ao final do mês de maio, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* depreciaram-se 5% e 1%, respetivamente.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(dezembro 2009=100, fim do período)

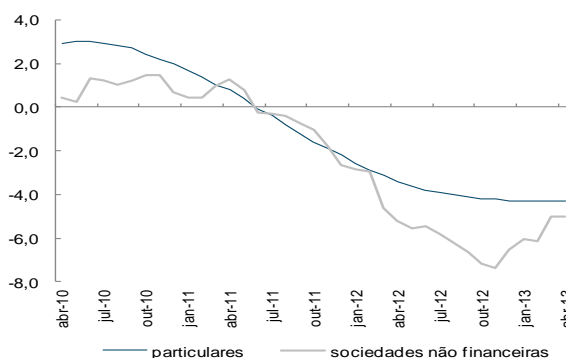


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para junho o valor é do dia 27.

À semelhança da evolução do índice bolsista da área do euro, o índice PSI-20 também diminuiu, embora de forma mais acentuada. De facto, em junho de 2013 e, no dia 27, o índice PSI-20 desceu 8% face ao final do mês de maio.

Em abril de 2013, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro estabilizou, mantendo uma variação negativa de 4,6% em termos anuais. Esta tendência estendeu-se tanto ao crédito destinado às empresas não financeiras como aos particulares.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

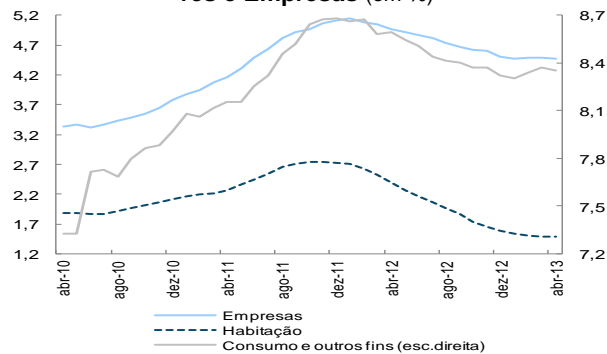


Fonte: Banco de Portugal.

Quanto ao crédito destinado aos particulares, assistiu-se a um comportamento diferenciado nos diferentes segmentos. Assim, os empréstimos destinados à habitação deterioraram-se ligeiramente para (-3,7%), alterando a evolução registada nos meses precedentes, caracterizada por uma estabilização; enquanto a quebra do crédito ao consumo foi bastante menos pronunciada do que em março.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram ligeiramente para as empresas; enquanto se mantiveram estáveis para os particulares abrangendo os empréstimos à habitação, cuja taxa de juro se manteve em 1,49% em abril de 2013. Pelo contrário, a taxa do crédito destinado ao consumo e outros fins diminuiu para 8,35%.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

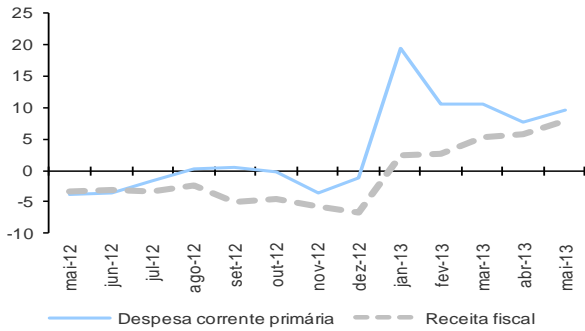
Indicador	Unidade	Fonte	2012	2012				2013				
				set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,9	8,8	8,3	7,7	6,9	6,0	6,2	6,3	5,6	5,6
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	556	735	687	631	556	434	479	504	446	403
PSI 20*	VC	CMVM	2,9	4,1	2,9	-1,9	7,6	9,7	-3,4	-2,8	7,3	-3,7
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-3,6	-3,3	-3,4	-3,5	-3,6	-3,6	-3,6	-3,6	-3,7	:
- para consumo	va**	"	-9,4	-9,5	-9,7	-8,8	-9,4	-9,5	-9,2	-9,4	-9,1	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-6,5	-6,6	-7,2	-7,4	-6,5	-6,0	-6,2	-5,0	-5,0	:
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	1,59	1,87	1,74	1,66	1,59	1,53	1,51	1,49	1,49	:
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	4,51	4,67	4,62	4,60	4,51	4,48	4,48	4,48	4,47	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao ativo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até maio, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 2680,5M€, o que representa uma melhoria de 31,9M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 835,9M€, diminuindo 304,2M€ face ao ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado (VHA, em %)



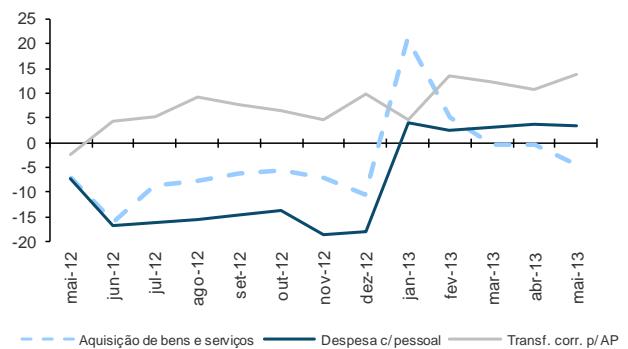
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face a 2012, caracterizou-se por:

- uma aceleração da receita fiscal, que cresceu 7,7%, justificada, essencialmente, pelo aumento do IRS (30,6%), em resultado da aplicação das novas tabelas de retenção na fonte e de um reforço do controlo dos valores entregues pelas empresas, do IRC (8,2%) e, em menor grau, do imposto único de circulação (14,4%). Em sentido contrário, salienta-se o decréscimo dos restantes impostos, nomeadamente do IVA (-0,7%), do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (-3,8%) e do imposto sobre veículos (-19,8%). A receita não fiscal registou um crescimento de 7,9%, refletindo essencialmente o aumento dos dividendos, em particular os recebidos do Banco de Portugal, e das transferências correntes de outros subsectores das Administrações Públicas; e

- um crescimento da despesa total em 6,3% e da despesa primária em 5,2%. A evolução da despesa foi condicionada pelo aumento das transferências para a Segurança Social (que inclui uma componente extraordinária destinada ao equilíbrio orçamental) e CGA, das despesas com pessoal, (devido ao aumento dos encargos com a Segurança Social e CGA, dado que o pagamento dos duodécimos do subsídio de Natal foi compensado pela diminuição do número de trabalhadores), dos juros e outros encargos da dívida e das outras despesas correntes. Com impacto contrário na despesa, salienta-se a diminuição das transferências de capital, nomeadamente das destinadas aos subsectores das Administrações Públicas.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

A despesa acumulada do Estado com ativos financeiros em maio atingiu 3155,9M€, correspondendo a 17,7% do valor orçamentado. Face ao mês anterior, o aumento foi de 1032,9M€ devido ao aumento dos empréstimos de médio e longo prazo, nomeadamente às EPR (773,5M€), à Administração Regional da Madeira no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (163,7M€), ao BEI (20,0M€) e à Administração Local no âmbito do PAEL (17,1M€).

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2012		2013		2013			
	jan a mai		jan a mai		fev	mar	abr	mai
	10^6 euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	14826	15966	36,7	38,8	2,0	3,2	4,3	7,7
Receita corrente	14589	15817	40,0	39,5	1,8	4,1	5,1	8,4
Impostos diretos	5188	6327	37,3	38,2	15,3	17,7	17,9	22,0
Impostos indiretos	7918	7814	42,3	40,5	-3,5	-2,2	-1,7	-1,3
Despesa Total	17538	18646	35,8	38,7	3,5	5,3	3,0	6,3
Despesa corrente	16364	18048	35,3	38,9	10,5	10,9	6,9	10,3
Despesa com pessoal	3503	3620	41,2	40,6	2,5	3,1	3,8	3,3
Aquisição bens e serviços	527	504	28,7	30,4	5,2	-0,3	-0,3	-4,3
Subsídios	24	67	8,9	27,2	442,0	2354,9	36,0	182,8
Juros	1572	1845	22,6	25,4	8,8	14,7	0,3	17,3
Transferências corr. p/ AP	9212	10481	35,9	42,3	13,5	12,2	10,6	13,8
Saldo Global	-2712	-2680	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-1140	-836	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.

Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Até maio e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 435,9€, o que representa uma redução de 240,4M€ face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 1,9%, refletindo principalmente a diminuição das transferências de capital do Estado e das taxas multas e outras penalidades, justificadas, respetivamente, pelos efeitos base da transferência para a RTP, S.A., e da receita extraordinária do leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4ª geração móvel. Em sentido contrário, é de referir o acréscimo das contribuições para a CGA (dado o aumento da taxa das entidades empregadoras, o pagamento em duodécimos do subsídio de Natal e a aplicação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade), das transferências correntes do Estado, nomeadamente para a CGA, das outras receitas correntes e da receita de impostos indiretos; e
- um aumento da despesa em 0,4%, explicada, essencialmente, pelo aumento das outras transferências correntes (justificado pelo pagamento dos duodécimos do subsídio de Natal aos pensionistas da CGA, bem como pelo aumento do número de pensionistas) e das despesas de pessoal (devido ao aumento dos encargos com a Segurança Social e CGA e ao pagamento do duodécimo do subsídio de Natal). Em sentido oposto, constata-se a diminuição do investimento (explicada pela suspensão e redução do investimento em escolas, assim como a execução a um ritmo mais lento das empreitadas da Parque Escolar, E.P.E. e pela regularização, em 2012, de dívidas aos fornecedores do Metro do Porto), das outras despesas correntes, das transferências correntes das Administrações Públicas e dos juros e outros encargos da dívida suportados pelas EPR.

Empresas Públicas Reclassificadas

Até maio, e na ótica da contabilidade pública, o défice do global das Empresas Públicas Reclassificadas (EPR) foi de 519,2M€, agravando-se 58,8M€ face ao período homólogo. Este comportamento é explicado, essencialmente, pela redução das transferências de capital do Estado (em virtude do efeito base da transferência do Estado para a RTP) e pela redução das transferências da União Europeia destinadas principalmente à Parque Escolar, E.P.E.. Do lado da despesa, é de salientar a redução das despesas de investimento, nomeadamente das realizadas pela Parque Escolar, E.P.E. e pelo pagamento, em 2012, de dívidas em atraso aos fornecedores do Metro do Porto, e dos juros e outros encargos financeiros.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Em maio, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS indica um saldo de 13,5M€, que compara com o défice de 155,1M€ registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2012, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita em 2,6%, justificado pela venda de bens e serviços correntes (38,9%) e taxas moderadoras (69,7%), bem como pelo recebimento das transferências regulares do Orçamento do Estado (1,8%); e
- uma redução da despesa em 2,7%, devido sobretudo à diminuição da despesa com a aquisição de bens e serviços, com particular ênfase na componente de responsabilidades com entidades públicas empresariais e diminuição da despesa com produtos vendidos em farmácias. Em sentido contrário, salienta-se o aumento das despesas com pessoal em consequência do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal e a atualização dos encargos das entidades com a CGA e Segurança Social.

Quadro 2.9. Execução financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde					
	2012		2013		2013	
	jan a mai		jan a mai		jan a mai	
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)	
Receita Total	3 117	3 197	30,7	39,0	2,6	
Receita fiscal	40	44	-	54,8	8,4	
Transferências das Administrações Públicas	2 988	3 039	30,7	38,8	1,7	
Receita de capital	12	2	28,5	12,4	-83,1	
Despesa Total	3 272	3 184	39,5	38,8	-2,7	
Despesa com pessoal	359	414	44,5	43,0	15,4	
Aquisição de bens e serviços	2 876	2 754	39,3	38,9	-4,3	
Despesa de capital	19	4	25,3	8,2	-78,6	
Saldo Global	-155	14	-	-	-	

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas)					Empresas Públicas Reclassificadas				
	2012		2013		2013	2012		2013		2013
	jan a mai		jan a mai		jan a mai	jan a mai		jan a mai		jan a mai
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)
Receita Total	10 471	10 269	36,3	38,6	-1,9	1255	976	35,5	33,6	-22,2
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1396	1733	4,19	37,7	24,1	-	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	5 913	6 022	33,9	40,5	1,8	157	204	31,5	30,7	30,3
Despesa Total	9 795	9 833	34,4	35,8	0,4	1715	1495	36,9	35,1	-12,8
Despesa com pessoal	1233	1337	40,9	36,8	8,5	272	292	39,5	36,3	7,2
Aquisição de bens e serviços	3 188	3 188	30,1	35,6	0,0	266	277	33,3	31,8	4,1
Transferências correntes	3 750	3 993	38,6	38,7	6,5	7	11	25,	17,1	53,2
Saldo Global	676	436	-	-	-	-460	-519	-	-	-

Fonte: DGO.

¹Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos. Fonte DGO.

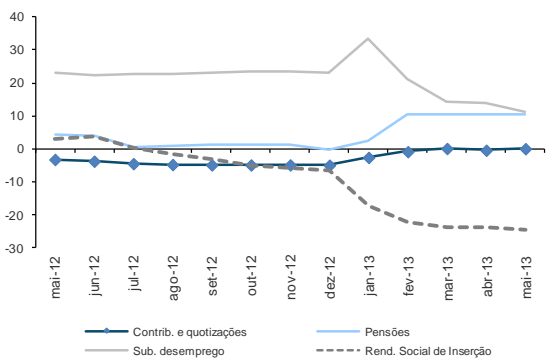
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até maio, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 331,5M€, o que representa uma melhoria de 16,2M€ face ao mesmo período de 2012.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

- um aumento da receita em 7,6%, em resultado do acréscimo da dotação ao abrigo da Lei de bases da Segurança Social (21,5%) e das transferências no âmbito do IVA Social e Programa de Emergência Social (36,1%) e, ainda, das transferências com origem no Fundo Social Europeu (7,9%). É ainda de salientar que as contribuições e quotizações registaram uma inflexão da tendência dos meses anteriores ao apresentar um crescimento de 0,1%; e
- um aumento da despesa em 7,7%, espelhando, sobretudo, a evolução da despesa com pensões (10,7%), influenciada pelo pagamento dos duodécimos do subsídio de Natal, bem como pela evolução, das despesas de formação profissional nomeadamente as com suporte no FSE (28,0%) e do subsídio de desemprego e apoio ao emprego (11,3%). Contrariamente, constata-se uma diminuição das despesas com rendimento social de inserção (-24,6%) e das outras prestações sociais (-13,6%). Relativamente ao número de beneficiários, verifica-se um acréscimo de 4,6% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, de 1,8% nas pensões de velhice e de 0,6% nas pensões de sobrevivência. Em sentido inverso, registou-se uma diminuição nos beneficiários do subsídio de doença, em 38,0%, e da pensão de invalidez, em 2,0%.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



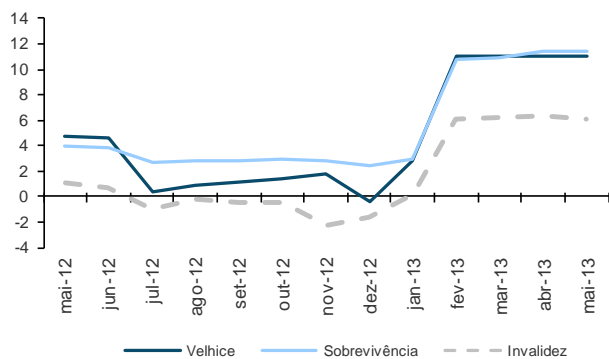
Fonte: DGO

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2012		2013		2012		2013			
	jan a mai		jan a mai		jan a mai		jan a mai			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	9599	10329	7,6	39,4	41,2	3396	3709	9,2	40,0	42,8
Contribuições e quotizações	5344	5350	0,1	41,0	40,5	1394	1732	24,2	42,0	37,8
Transferências correntes da Adm. Central *	2990	3561	19,1	36,4	44,2	1875	1888	0,7	42,1	48,1
Despesa Total	9283	9997	7,7	38,1	39,9	3224	3562	10,5	39,9	40,5
Pensões	5322	5890	10,7	36,9	39,4	3210	3544	10,4	40,0	40,5
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	223	218	-2,0	42,6	43,5	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1071	1192	11,3	41,8	44,3	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	628	649	3,3	41,1	41,2	-	-	-	-	-
Saldo Global	315	332	-	-	-	172	147	-	-	-

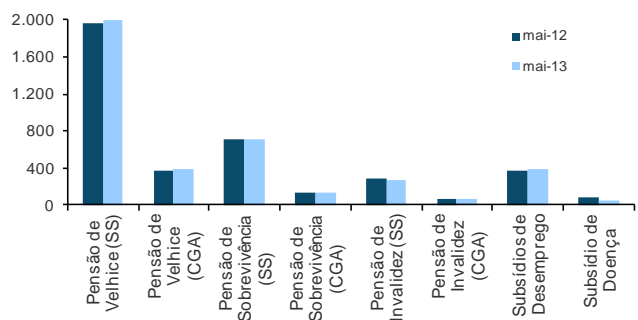
Fontes: DGO e GPEARI.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até maio, o saldo acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 147,3M€, que compara com 171,5M€ no período homólogo. A receita total aumentou 9,2%, refletindo, fundamentalmente, o acréscimo das contribuições para a CGA (24,2%), em consequência do aumento da taxa das entidades empregadoras, de 15% para 20%, do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal e da aplicação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade. É de referir que as transferências correntes do OE aumentaram 0,7%, enquanto as transferências de capital registaram uma diminuição de -50,3%. A despesa total aumentou 10,5%, justificada pelo acréscimo da despesa com pensões, em consequência do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal aos pensionistas e aumento do número dos mesmos. Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 2,7% nas pensões de velhice e de 1,3% nas pensões de sobrevivência.

Administração Local

Até maio, na ótica da contabilidade pública, o défice provisorio da execução orçamental da Administração Local foi de 192,6M€, o que corresponde a um agravamento de 211,3M€ relativamente ao ano anterior. Este resultado é influenciado pela regularização de dívidas a fornecedores no âmbito do PAEL, sem as quais o saldo deste subsector seria de 450,1M€, correspondendo a uma melhoria de 46,1M€ face ao período homólogo. A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 2,3%, em resultado da diminuição da receita de capital, em 27,2%, essencialmente devido ao comportamento das transferências ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, e da receita fiscal, em 9,7%, principalmente do Imposto Municipal sobre Imóveis. Este comportamento foi parcialmente compensado pelo aumento das transferências correntes no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro; e
- um aumento da despesa total em 5,8%, que traduz, fundamentalmente, a variação positiva da despesa corrente (8,1%), determinada pela despesa com aquisição de bens e serviços, que inclui a liquidação de pagamentos efetuados no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) para regularização das dívidas dos municípios a fornecedores, pela despesa com pessoal e outras transferências correntes. Em sentido oposto, é de referir-se a diminuição dos subsídios e das outras transferências de capital. Excluindo o pagamento de dívidas no âmbito do PAEL a despesa total teria diminuído 4,5%.

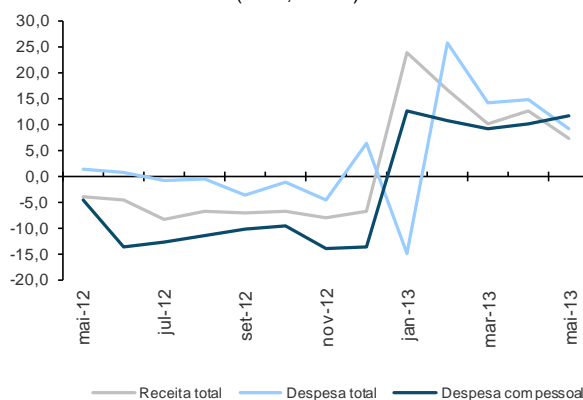
Administração Regional

Até maio, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 17,7M€, o que corresponde a um agravamento de 15,0M€ face ao período homólogo. Este comportamento resulta essencialmente da deterioração do excedente da Região Autónoma dos Açores (RAA), em 39,0M€ face ao período homólogo, enquanto que a Região Autónoma dos Madeira (RAM) registou uma melhoria do excedente, em 24,0M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2012, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 7,3%, devido, sobretudo, ao comportamento positivo da receita fiscal, em ambas as Regiões Autónomas, e das transferências correntes do resto do mundo e do OE, no caso da RAM, cujas transferências aumentaram (9,3%). A receita de capital denotou um decréscimo de 20,7%, devido à diminuição das transferências da União Europeia em ambas as Regiões Autónomas; e
- um acréscimo da despesa total em 9,2%, traduzindo comportamentos dispares nas duas regiões: um aumento de 21,3%, na RAA, e uma diminuição de 0,24%, na RAM. A despesa corrente apresenta um aumento de 2,8%, com variações de 12,8% na RAA e -4,6% na RAM. Para este comportamento, na RAA, contribuíram essencialmente as outras transferências correntes, nomeadamente para as empresas públicas da área da saúde e famílias e a despesa com pessoal. No caso da RAM salientam-se a diminuição das outras transferências corrente, especialmente para as empresas públicas, da despesa com aquisição de bens e serviços, que não reflete ainda o pagamento das dívidas às farmácias, e da outra despesa corrente, parcialmente compensada pelo aumento da despesa com pessoal. Como observado nos meses anteriores, constatou-se um aumento da despesa de capital em ambas as regiões autónomas, em 76,5%.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional					Administração Local				
	2012		2013		VHA (%)	2012		2013		VHA (%)
	jan a mai		jan a mai			jan a mai		jan a mai		
	10 ⁶ euros		10 ⁶ euros			10 ⁶ euros		10 ⁶ euros		
Receita total	787	845	33,0	38,0	7,3	2 917	2 851	41,8	40,1	-2,3
Impostos	396	468	31,5	38,7	18,1	1 012	914	49,5	38,3	-9,7
Transferências correntes	252	256	52,5	65,8	1,6	862	984	37,7	39,8	14,1
Despesa total	790	863	28,6	36,5	9,2	2 513	2 658	38,4	41,9	5,8
Pessoal	270	301	39,9	45,6	11,6	834	892	40,9	45,7	6,9
Aquisição de bens e serv	150	141	31,3	36,4	-6,5	686	774	39,6	44,7	12,7
Transferências correntes	246	240	38,7	44,7	-2,6	170	194	35,8	42,8	14,2
Investimento	29	57	8,7	19,4	99,3	571	580	36,8	37,3	1,5
Saldo global	- 3	- 18	-	-	-	404	193	-	-	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em abril de 2013, a dívida pública das Administrações Públicas atingiu 208,9 mil M€, mais 688M€ que no final de março. Esta evolução deve-se essencialmente ao aumento do stock da dívida da Administração Central, dos quais 76M€ dizem respeito ao aumento da dívida das empresas públicas incluídas na Administração Central.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2012 dez	2013 mar	2013 abr
Administrações Públicas	204 485	208 249	208 937
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	204 025	207 888	208 567
Administração Regional e Local	9 444	9 570	9 646
Segurança Social	4	4	1
Consolidação entre subsectores	8 989	9 213	9 279

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas, excluindo EPR, diminuiu, em maio, 129M€ face ao mês anterior. Este comportamento deve-se ao decréscimo da dívida das Administrações Locais, em 118M€, e da Administração Regional, em 54M€. Em sentido contrário, a Administração Central aumentou a sua dívida em 42M€.

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2012 dez	2013 abr	2013 mai
Administrações Públicas	5 400	5 777	5 648
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	328	513	556
Administração Regional	2 498	2 589	2 535
Administração Local	2 574	2 675	2 557
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Em maio, os pagamentos em atraso das AP, incluindo as empresas públicas não reclassificadas e os hospitais EPE, diminuíram 82M€ face ao mês anterior. Este comportamento deveu-se principalmente ao decréscimo verificado na Administração Local (74M€), em resultado do pagamento de dívidas aos fornecedores no âmbito do PAEL, e nas entidades do setor da saúde incluídos nas Administrações Públicas (33M€). Em sentido contrário, os hospitais EPE aumentaram os pagamentos em atraso em 42M€.

Dívida Direta do Estado

No final de maio, a dívida direta do Estado situava-se em 203,5 mil M€, aumentando 3282M€ face ao mês anterior. A evolução mensal ficou a dever-se à primeira emissão de uma nova OT desde o pedido de assistência financeira de Portugal. Esta nova OT, cuja emissão sindicada foi de 3000M€, paga um cupão anual de 5,65% e tem maturidade em fevereiro 2024. A variação positiva do saldo da dívida reflete ainda o aumento do saldo de CEDIC, em 479,6M€, de CA, em 30,3M€, ultrapassando o montante das novas emissões o do valor regatado pela primeira vez desde janeiro de 2008, e a emissão de repos, em 10,9M€. Este aumento foi compensado parcialmente pela amortização de ECP e CT, em 109,5M€ e 5,0M€, respetivamente, e, ainda, pela emissão negativa de BT, em 79,2M€ e pela recompras da OT 5,45% set 2013 em 4M€ (valor nominal). As flutuações cambiais no mês contribuíram para a diminuição do saldo da dívida em 40,7€.

Quadro 2.15. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	30-abr-13	mai-13			31-mai-13
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	118 918	5 755	2 951	1	121 723
Bilhetes do Tesouro	19 686	2 758	2 838	0	19 607
Obrigações do Tesouro	96 047	2 996	4	4	99 043
Não Transacionável	16 816	4 018	3 502	0	17 332
Cert. de Aforro e do Tesouro	11 094	122	97	0	11 119
CEDIC e CEDM	5 206	3 885	3 405	0	5 686
Prog. de Ajustamento Económico	64 456	0	0	-38	64 418
Total	200 190	9 773	6 453	-37	203 473

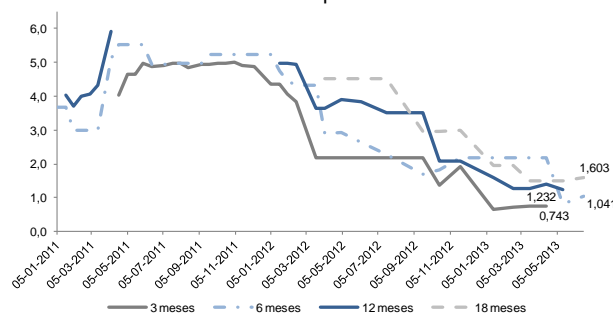
Fonte: IGCP.

Emissões de Dívida

A 19 de junho de 2013, foram realizados dois leilões de BT, tendo sido colocados na fase competitiva 450M€, a 6 meses, e 1050M€, a 18 meses. A taxa média ponderada da emissão a seis meses foi de 1,041% (0,811% na anterior de igual maturidade) e a 18 meses foi de 1,603% (1,506% na emissão anterior com idêntica maturidade).

O aumento das taxas de colocação dos BT é explicada pela sinalização dada pelos bancos centrais, nomeadamente dos EUA, da área do euro, China e Japão, da alteração da política monetária a seguir no médio prazo.

Figura 2.28. Emissões de BT
Taxa média ponderada



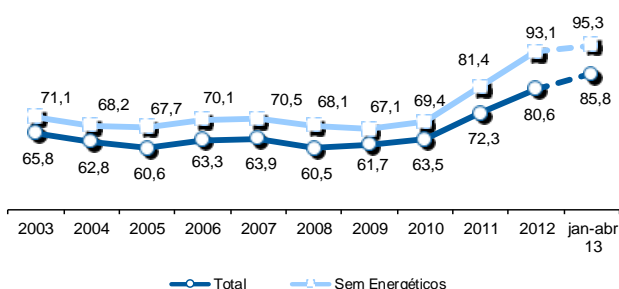
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros quatro meses de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 3,9% enquanto as importações decresceram 3,4% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 32,3%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 1,2% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 1,5% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a abril			VH	
	2012	2013	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	15 098	15 689	3,9	3,1	4,1
Importações (cif)	18 923	18 280	-3,4	-2,7	-4,1
Saldo (fob-cif)	-3 825	-2 591	-32,3	-26,8	-30,2
Cobertura (fob/cif)	79,8	85,8	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	13 815	13 977	1,2	-0,2	2,8
Importações (cif)	14 889	14 672	-1,5	-1,3	-5,0
Saldo (fob-cif)	-1 074	-694	-35,3	-16,9	-55,9
Cobertura (fob/cif)	92,8	95,3	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)					
				Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	4 162	4 552	9,4	8,7	13,9
Importações (cif)	5 254	5 399	2,7	6,8	0,8
Saldo (fob-cif)	-1 092	-846	-22,5	-2,6	-38,1
Cobertura (fob/cif)	79,2	84,3	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros quatro meses de 2013, as exportações representaram 85,8% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 6 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 95,3% das importações (+2,5 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de abril

janeiro a abril	Valores em milhões de Euros		
	2012	2013	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	15 098	15 689	3,9
Importações (cif)	18 923	18 280	-3,4
Saldo (fob-cif)	-3 825	-2 591	-32,3
Cobertura (fob/cif)	79,8	85,8	-
Intra UE			
Exportações (fob)	10 936	11 137	1,8
Importações (cif)	13 669	12 882	-5,8
Saldo (fob-cif)	-2 733	-1 745	-36,1
Cobertura (fob/cif)	80,0	86,5	-
Extra UE			
Exportações (fob)	4 162	4 552	9,4
Importações (cif)	5 254	5 399	2,7
Saldo (fob-cif)	-1 092	-846	-22,5
Cobertura (fob/cif)	79,2	84,3	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros quatro meses de 2013, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 36,1% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 1,8% e as importações a decrescer 5,8%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 22,5% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2012	2013	TVH	2012	2013	TVH
jan	4 726	4 463	-5,6	3 623	3 863	6,6
fev	4 676	4 392	-6,1	3 797	3 685	-2,9
mar	5 106	4 603	-9,9	4 149	4 001	-3,5
abr	4 415	4 823	9,2	3 530	4 139	17,3
mai	5 031			4 043		
jun	4 536			3 970		
jul	4 709			4 077		
ago	4 418			3 365		
set	4 684			3 581		
out	5 061			4 033		
nov	4 616			3 910		
dez	4 255			3 247		
1º Trim	14 507	13 457	-7,2	11 568	11 550	-0,2
2º Trim	13 983			11 543		
3º Trim	13 811			11 023		
4º Trim	13 933			11 190		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º 6/2013").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de abril de 2013 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros quatro meses de 2013, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 3,9%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 1,2%.

Entre janeiro e abril de 2013, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,8 p.p.), seguido do contributo dos “Agroalimentares” (+1,0 p.p.) e dos “Químicos” (+0,6 p.p.). As “Máquinas” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,7%). Seguem-se os “Químicos” (12,5%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em abril de 2013.

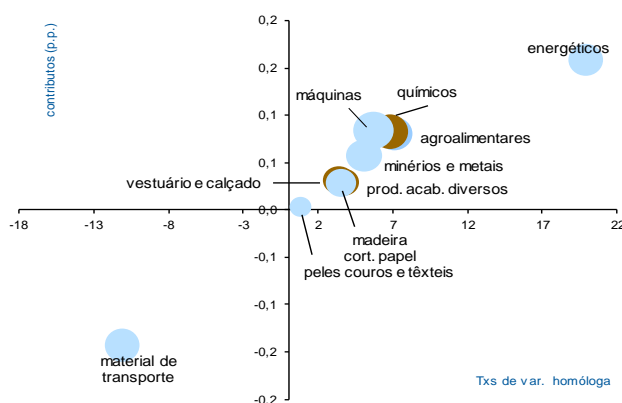
Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+4,1%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+1,6 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo das “Máquinas”, dos “Químicos” e dos “Agroalimentares” (todos com +0,8 p.p.).

De referir, ainda, os contributos dos “Minérios e Metais” e “Vestuário e Calçado”, para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 0,6 p.p. e 0,3 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em abril de 2013

(Total: 4,1%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-abr		Anual		jan-abr		últimos 12 meses ^[1]		jan-abr	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	15 098	15 689	100,0	100,0	100,0	100,0	4,1	4,1	3,9	3,9
000 Agro-Alimentares	1585	1735	9,6	11,5	10,5	11,1	7,1	0,8	9,4	1,0
100 Energéticos	1283	1712	4,5	8,3	8,5	10,9	19,9	1,6	33,4	2,8
200 Químicos	1860	1957	10,6	12,5	12,3	12,5	6,8	0,8	5,2	0,6
300 Madeira, Cortiça e Papel	1218	1284	7,8	8,1	8,1	8,2	3,5	0,3	5,5	0,4
400 Peles, Couros e Têxteis	621	643	4,8	4,1	4,1	4,1	0,8	0,0	3,6	0,1
500 Vestuário e Calçado	1344	1387	10,5	9,2	8,9	8,8	3,4	0,3	3,2	0,3
600 Minérios e Metais	1794	1741	10,9	11,7	11,9	11,1	5,1	0,6	-3,0	-0,4
700 Máquinas	2 256	2 299	19,7	15,1	14,9	14,7	5,7	0,8	1,9	0,3
800 Material de Transporte	1973	1730	12,7	11,7	13,1	11,0	-11,1	-1,4	-12,3	-1,6
900 Produtos Acabados Diversos	1164	1202	9,0	7,7	7,7	7,7	3,8	0,3	3,3	0,3
Por memória:										
Total sem energéticos	13 815	13 977	95,5	91,7	91,5	89,1	2,8	2,6	12	1,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em abril de 2013.

[2] (mai 12-abr 13)/(mai 11-abr 12) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

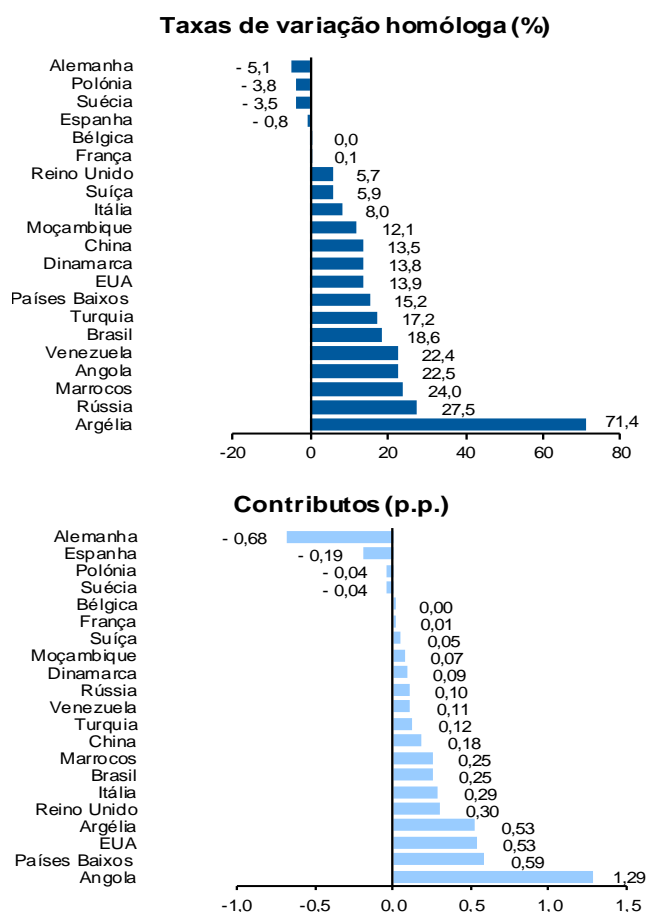
Nos primeiros quatro meses de 2013, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 1,8%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 1,9% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 0,8%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 9,4% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+2,6 p.p.).

As exportações de mercadorias para Espanha (+1,3 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para os Países Baixos (+0,5 p.p.).

No último ano a terminar em abril de 2013, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 0,6%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 0,5 %. As exportações para os Países Baixos (+0,6 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a Argélia (+71,4%), Marrocos (+24,0%) e Angola (+22,5%) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em abril de 2013



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercado.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-abr		anual		jan-abr		12 meses ^[1]		jan-abr	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	15 098	15 689	100,0	100,0	100,0	100,0	4,1	4,1	3,9	3,9
Intra UE-27	10 936	11 137	77,1	71,0	72,4	71,0	0,6	0,4	1,8	1,3
dos quais:										
UE-15	10 437	10 634	74,7	67,9	69,1	67,8	0,5	0,3	1,9	1,3
Espanha	3 449	3 643	28,7	22,5	23,2	22,5	-0,8	-0,2	5,6	1,3
Alemanha	1 938	1 890	12,9	12,3	12,8	12,0	-5,1	-0,7	-2,5	-0,3
França	1 893	1 846	12,6	11,9	12,5	11,8	0,1	0,0	-2,5	-0,3
R.Unido	793	831	6,0	5,3	5,3	5,3	5,7	0,3	4,7	0,2
P.Baixos	574	645	3,5	4,2	3,8	4,1	15,2	0,6	12,3	0,5
Itália	544	568	4,1	3,7	3,6	3,6	8,0	0,3	4,6	0,2
Bélgica	499	513	2,6	3,1	3,3	3,3	0,0	0,0	2,7	0,1
Suécia	170	148	1,3	1,0	1,1	0,9	-3,5	0,0	-1,1	-0,1
Dinamarca	97	108	0,7	0,7	0,6	0,7	13,8	0,1	11,2	0,1
Alargamento	499	503	2,4	3,2	3,3	3,2	1,9	0,1	0,8	0,0
Polónia	138	142	0,7	0,9	0,9	0,9	-3,8	0,0	3,3	0,0
Extra UE-27	4 162	4 552	22,9	29,0	27,6	29,0	13,9	3,7	9,4	2,6
dos quais:										
Angola	823	913	4,4	6,6	5,5	5,8	22,5	1,3	11,0	0,6
EUA	659	728	4,7	4,1	4,4	4,6	13,9	0,5	10,4	0,5
China	300	199	0,5	1,7	2,0	1,3	13,5	0,2	-33,6	-0,7
Brasil	194	226	0,7	1,5	1,3	1,4	18,6	0,3	16,4	0,2
Marrocos	180	285	0,5	1,0	1,2	1,8	24,0	0,2	58,1	0,7
Argélia	104	233	0,2	0,9	0,7	1,5	71,4	0,5	125,4	0,9
Suíça	135	142	0,7	0,9	0,9	0,9	5,9	0,1	5,4	0,0
Turquia	117	132	0,6	0,8	0,8	0,8	17,2	0,1	12,5	0,1
Venezuela	100	58	0,0	0,7	0,7	0,4	22,4	0,1	-41,6	-0,3
Moçambique	96	97	0,2	0,6	0,6	0,6	12,1	0,1	12	0,0
Por memória:										
Gibraltar	98	115	0,0	0,7	0,6	0,7	9,2	0,1	18,1	0,1
PALOP	1030	1117	5,4	8,0	6,8	7,1	18,2	1,3	8,5	0,6
EFTA	176	183	1,0	1,1	1,2	1,2	6,5	0,1	4,4	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em abril de 2013.

[2] (mai 12-abr 13)/(mai 11-abr 12) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Importações de Mercadorias

De janeiro a abril de 2013, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 3,4% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Energéticos” (-2,2 p.p.), “Máquinas” (-1,0 p.p.) e “Químicos” (-0,5 p.p.) para a redução das importações nos primeiros quatro meses de 2013.

O comportamento das importações de produtos “Agroalimentares”, com um contributo positivo de 1,2 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (70,5%).

Nos primeiros quatro meses de 2013, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, 5,8%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 também diminuíram 5,8%. As importações provenientes dos países do Alargamento decresceram 3,5%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 2,7%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (6,2% do total). Seguem-se a China (2,4%) e os EUA (1,7%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-abr		Anual		jan-abr		12 meses ^[1]		jan-abr	
	2012	2013	2007	2012	2012	2013	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	18 923	18 280	100,0	100,0	100,0	100,0	-4,1	-4,1	-3,4	-3,4
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	2 737	2 960	12,6	15,6	14,5	16,2	3,1	0,5	8,1	1,2
100-Energéticos	4 034	3 609	13,4	20,6	21,3	19,7	-0,4	-0,1	-10,6	-2,2
200-Químicos	3 157	3 063	13,4	16,7	16,7	16,8	-1,0	-0,2	-3,0	-0,5
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	789	827	4,7	4,3	4,2	4,5	-6,1	-0,3	4,9	0,2
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	1 257	1 215	6,7	6,5	6,6	6,6	-7,7	-0,5	-3,4	-0,2
500-M inérios e Metais	1 602	1 580	10,3	8,2	8,5	8,6	-7,1	-0,6	-1,3	-0,1
600-M áquinas [4]	2 767	2 568	20,2	14,7	14,6	14,0	-8,0	-1,2	-7,2	-1,0
700-M aterial de Transporte [5]	1 641	1 563	13,0	8,4	8,7	8,6	-14,3	-1,3	-4,7	-0,4
800-Prod. Acabados Diversos	939	895	5,7	5,1	5,0	4,9	-6,9	-0,4	-4,7	-0,2
Total sem energéticos	14 889	14 672	86,6	79,4	78,7	80,3	-5,0	-4,0	-1,5	-1,1
Mercados de origem										
Intra UE-27	13 669	12 882	76,6	71,8	72,2	70,5	-5,9	-4,3	-5,8	-4,2
dos quais:										
UE-15	13 185	12 415	74,8	69,2	69,7	67,9	-6,3	-4,4	-5,8	-4,1
Espanha	6 071	5 671	31,1	31,9	32,1	31,0	-6,3	-2,0	-6,6	-2,1
Alemanha	2 239	2 110	14,0	11,5	11,8	11,5	-8,9	-1,1	-5,8	-0,7
França	1 252	1 222	8,7	6,6	6,6	6,7	-3,9	-0,3	-2,4	-0,2
Itália	973	937	5,5	5,3	5,1	5,1	-4,6	-0,2	-3,7	-0,2
Países Baixos	890	860	4,7	4,9	4,7	4,7	1,3	0,1	-3,4	-0,2
Reino Unido	603	519	3,7	3,0	3,2	2,8	-15,8	-0,5	-14,0	-0,4
Bélgica	487	449	2,9	2,5	2,6	2,5	-5,6	-0,1	-7,7	-0,2
Suécia	206	186	1,1	1,0	1,1	1,0	-9,1	-0,1	-9,7	-0,1
Irlanda	157	165	0,8	1,0	0,8	0,9	0,9	0,0	4,9	0,0
Alargamento	484	467	1,8	2,7	2,6	2,6	3,6	0,1	-3,5	-0,1
Extra UE-27	5 254	5 399	23,4	28,2	27,8	29,5	0,8	0,2	2,7	0,8
dos quais:										
Angola	576	1 127	0,6	3,2	3,0	6,2	51,0	1,4	95,8	2,9
China	441	442	1,8	2,4	2,3	2,4	-6,1	-0,2	0,2	0,0
Brasil	449	255	2,3	2,4	2,4	1,4	-20,8	-0,5	-43,2	-1,0
EUA	298	306	1,6	1,7	1,6	1,7	-3,3	-0,1	2,7	0,0
Nigéria	311	198	1,7	1,6	1,6	1,1	-31,6	-0,6	-36,4	-0,6
Arábia Saudita	328	260	0,7	1,6	1,7	1,4	-18,9	-0,3	-20,7	-0,4
Argélia	203	179	1,0	1,4	1,1	1,0	20,9	0,2	-12,0	-0,1
Cazaquistão	292	159	0,5	1,4	1,5	0,9	-36,3	-0,6	-45,7	-0,7
Azerbaijão	199	55	0,1	0,9	1,0	0,3	-18,5	-0,1	-72,2	-0,8
Guiné Equatorial	217	73	0,7	0,8	1,1	0,4	-6,0	0,0	-66,1	-0,8
Rússia	206	299	0,9	0,8	1,1	1,6	8,9	0,1	44,9	0,5
Líbia	121	53	1,3	0,7	0,6	0,3	173,9	0,4	-56,2	-0,4
Camarões	74	170	0,0	0,7	0,4	0,9	208,5	0,5	129,8	0,5
OPEP ^[6]	1644	1963	6,3	9,4	8,7	10,7	17,9	1,5	19,4	1,7
EFTA	193	124	1,9	0,9	1,0	0,7	-39,8	-0,5	-35,9	-0,4
PALOP	584	1 152	0,7	3,2	3,1	6,3	48,5	1,3	97,2	3,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2012.

[1] Últimos 12 meses a terminar em abril de 2013.

[2] $(\text{mai } 12\text{-abr } 13) / (\text{mai } 11\text{-abr } 12) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Não inclui tractores.

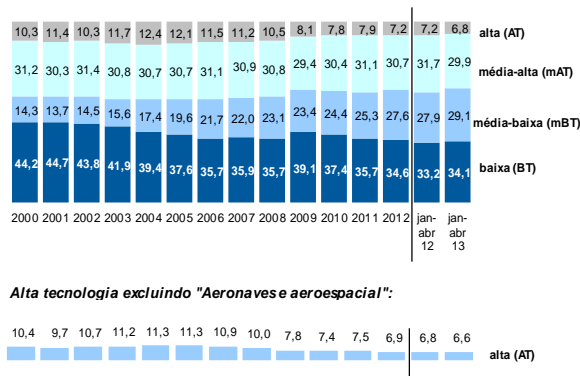
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros quatro meses de 2013, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 3,6%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (59,1%), sendo os produtos de média-baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (+8,1%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



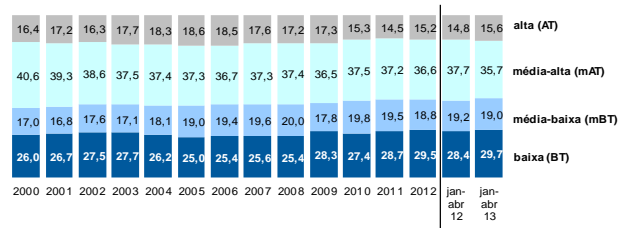
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de média-baixa e baixa tecnologia contribuíram positivamente para o crescimento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+2,3 p.p. e 2,1 p.p., respetivamente), enquanto as exportações dos produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica registaram contributos negativos (-0,6 p.p. e -0,1 p.p. respetivamente).

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 4,1%, sendo os produtos de média alta e média baixa tecnologia os que mais contribuíram para esta redução (-3,4 p.p. e -1,0 p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	2012	janeiro a abril		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)	
		2012	2013	média 2007-12	2012-11	jan-abr 2013-12	2011	2012	jan-abr		2012	jan-abr 2013
									2012	2013		
EXPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	42 836 769	14 286 695	14 800 572	3,4	6,3	3,6	100,0	100,0	100,0	100,0	6,3	3,6
Alta tecnologia	3 072 744	1 027 887	1 012 672	-5,5	-3,3	-1,5	7,9	7,2	7,2	6,8	-0,3	-0,1
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 933 695	974 001	966 622	-5,7	-2,3	-0,8	7,5	6,9	6,8	6,6	-0,2	-0,1
Média-alta tecnologia	13 143 520	4 522 338	4 431 075	3,2	4,7	-2,0	31,1	30,7	31,7	29,9	1,5	-0,6
Média-baixa tecnologia	11 807 175	3 987 312	4 309 924	8,1	15,7	8,1	25,3	27,6	27,9	29,1	4,0	2,3
Baixa tecnologia	14 813 331	4 749 159	5 046 900	2,6	3,1	6,3	35,7	34,6	33,2	34,1	1,1	2,1
<i>Por memória:</i>												
Total das Exportações	45 323 953	15 097 762	15 689 052	3,4	5,8	3,9	100,0	100,0	100,0	100,0	5,8	3,9
Residual ^[3]	2 487 184	8 110 67	8 88 480	4,3	-1,3	9,5	5,9	5,5	5,4	5,7	-0,1	0,5
IMPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	42 822 677	14 426 032	13 831 256	-3,2	-9,5	-4,1	100,0	100,0	100,0	100,0	-9,5	-4,1
Alta tecnologia	6 513 672	2 128 664	2 160 365	-5,9	-5,2	1,5	14,5	15,2	14,8	15,6	-0,8	0,2
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 178 692	2 072 730	1 982 313	-5,4	-6,4	-4,4	14,0	14,5	14,4	14,5	-0,9	-0,6
Média-alta tecnologia	15 664 570	5 436 409	4 940 079	-3,5	-11,1	-9,1	37,2	36,6	37,7	35,7	-4,1	-3,4
Média-baixa tecnologia	8 033 089	2 763 085	2 624 781	-4,0	-12,9	-5,0	19,5	18,8	19,2	19,0	-2,5	-1,0
Baixa tecnologia	12 611 347	4 097 875	4 106 031	-0,4	-7,2	0,2	28,7	29,5	28,4	29,7	-2,1	0,1
<i>Por memória:</i>												
Total das Importações	56 234 325	18 922 854	18 280 409	-1,3	-5,1	-3,4	100,0	100,0	100,0	100,0	-5,1	-3,4
Residual ^[3]	13 411 648	4 496 821	4 449 153	6,8	12,4	-1,1	20,1	23,8	23,8	24,3	2,5	-0,3

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

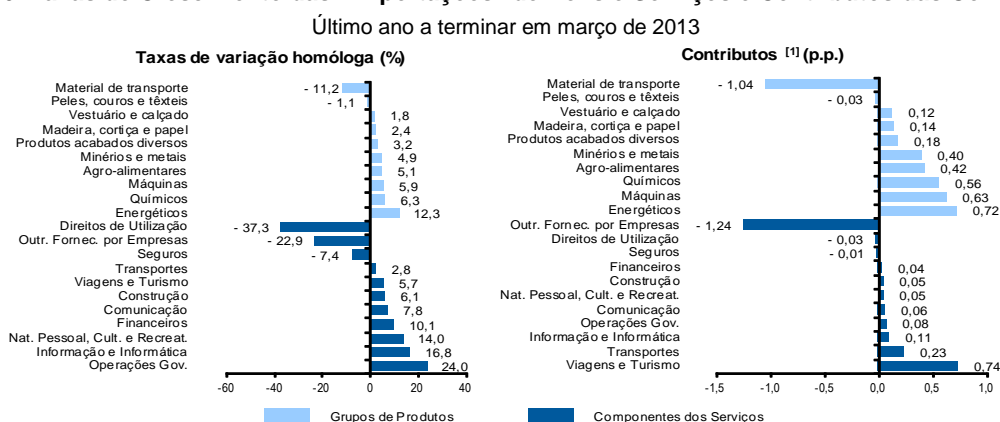
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de março de 2013, no primeiro trimestre de 2013, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 1,3%. A componente de Serviços, que representou 25,8% do total das “Exportações” registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (3,8% e 0,5%, respetivamente) e foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (+0,9 p.p. contra 0,4 p.p.).

Do lado das “Importações” (débito) o peso da componente de Serviços foi de 16,0% no total e o seu comportamento reforçou o decréscimo das “Importações” totais (-6,7%) em 0,4 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em março de 2013, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+0,72 p.p.) e das “Máquinas” (+0,63 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,74 p.p.) e Transportes (+0,23 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços e Contributos das Componentes



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (2,2%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	jan-mar		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2012	2013	Anual		jan-mar		média anual 07-12	12 meses [1]		jan-mar	
			2007	2012	2012	2013		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	15 494	15 698	100,0	100,0	100,0	100,0	3,1	2,2	2,2	1,3	1,3
Bens	11 596	11 653	69,4	70,4	74,8	74,2	3,4	3,0	2,1	0,5	0,4
Serviços	3 898	4 045	30,6	29,6	25,2	25,8	2,4	0,2	0,1	3,8	0,9
Transportes	1271	1283	7,7	8,3	8,2	8,2	4,7	2,8	0,2	0,9	0,1
Viagens e Turismo	1376	1477	13,3	13,3	8,9	9,4	3,1	5,7	0,7	7,3	0,7
Comunicação	108	113	1,0	0,8	0,7	0,7	-1,4	7,8	0,1	4,6	0,0
Construção	109	126	1,1	0,9	0,7	0,8	-1,4	6,1	0,1	15,5	0,1
Seguros	31	26	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	-7,4	0,0	-16,2	0,0
Financeiros	44	54	0,4	0,4	0,3	0,3	-0,4	10,1	0,0	22,4	0,1
Informação e Informática	114	118	0,4	0,7	0,7	0,7	15,0	16,8	0,1	3,2	0,0
Direitos de Utilização	14	8	0,1	0,1	0,1	0,1	-10,2	-37,3	0,0	-39,5	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	708	716	5,6	4,1	4,6	4,6	-3,3	-22,9	-1,2	1,1	0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	65	65	0,3	0,4	0,4	0,4	7,9	14,0	0,1	-0,4	0,0
Operações Governamentais	58	60	0,3	0,4	0,4	0,4	8,6	24,0	0,1	2,9	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	16 520	15 419	100,0	100,0	100,0	100,0	-1,1	-6,8	-6,8	-6,7	-6,7
Bens	13 995	12 958	84,7	83,9	84,7	84,0	-1,3	-6,4	-5,4	-7,4	-6,3
Serviços	2 526	2 461	15,3	16,1	15,3	16,0	0,0	-8,7	-1,4	-2,6	-0,4
Transportes	805	771	4,9	5,0	4,9	5,0	-0,3	-5,3	-0,3	-4,3	-0,2
Viagens e Turismo	688	710	4,2	4,6	4,2	4,6	0,5	-0,3	0,0	3,2	0,1
Comunicação	100	99	0,7	0,6	0,6	0,6	-3,6	-2,0	0,0	-1,4	0,0
Construção	24	27	0,2	0,2	0,1	0,2	-3,7	0,0	0,0	14,0	0,0
Seguros	62	65	0,3	0,4	0,4	0,4	5,4	9,7	0,0	4,6	0,0
Financeiros	72	63	0,3	0,7	0,4	0,4	16,0	-19,5	-0,1	-12,0	-0,1
Informação e Informática	96	95	0,4	0,6	0,6	0,6	4,7	-18,2	-0,1	-0,4	0,0
Direitos de Utilização	95	86	0,5	0,5	0,6	0,6	1,4	-11,9	-0,1	-9,2	-0,1
Outr. Fornec. por Empresas	437	417	3,0	2,6	2,6	2,7	-3,6	-25,5	-0,8	-4,5	-0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	125	106	0,5	0,8	0,8	0,7	6,0	-1,7	0,0	-15,6	-0,1
Operações Governamentais	23	22	0,3	0,2	0,1	0,1	-13,1	12,1	0,0	-2,0	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até março de 2013.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>21 de junho de 2013</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 21 de junho de 2013 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empréstimos FEEF à Irlanda e a Portugal: Na sequência do acordo político alcançado em abril, o Conselho adotou decisões relativas à extensão das maturidades em sete anos dos empréstimos do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (EFSF) a Portugal e à Irlanda. Neste contexto, as maturidades médias são alargadas de doze anos e meio para dezanove anos e meio, com o objetivo de suavizar o perfil de amortizações e reduzir as necessidades de financiamento destes dois países no período subsequente ao fim dos respetivos programas de ajustamento. ▪ Semestre Europeu – Recomendações específicas para os estados-membros: O Conselho aprovou recomendações específicas para cada estado-membro com base nos Programas Nacionais de Reforma e as opiniões sobre os programas de estabilidade ou convergência de cada país, no âmbito do terceiro exercício relativo ao Semestre Europeu. Foi igualmente adotada uma recomendação específica para os estados-membros pertencentes à área do euro. No que se refere a Portugal, há a referir que, tal como para os restantes estados-membros sob programa, não foram emitidas quaisquer recomendações, uma vez que pacote legislativo <i>Two-Pack</i> exclui estes países do procedimento, a fim de evitar duplicações de reporte de informação. ▪ Procedimentos por Défice Excessivo: O Conselho revogou as Decisões relativas à existência de situações de défice excessivo em Itália, Letónia, Lituânia, Hungria e Roménia, confirmando que estes estados-membros reduziram os seus défices abaixo do limite de 3% do PIB. Foi ainda acordada a extensão do prazo para a correção da situação de défice excessivo em um ano para Portugal e Holanda e em dois anos para Espanha, França, Polónia e Eslovénia. O Conselho aprovou uma nova recomendação para a Bélgica, no âmbito do nº 9, do artigo 126º do Tratado sobre o Funcionamento da UE, para que corrija a situação de défice excessivo, na sequência da avaliação de que as medidas tomadas não foram suficientes, tornando o procedimento mais exigente para este estado-membro. O Conselho iniciou ainda um novo procedimento para Malta, estabelecendo que a correção da situação de défice excessivo deve ocorrer até 2014. ▪ Adoção do euro pela Letónia: O Conselho validou as conclusões dos relatórios de convergência da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu que indicam que a Letónia registou um elevado grau de convergência, pelo que preenche as condições para a adesão ao euro. Os ministros da área do euro adotaram ainda uma recomendação a favor da proposta que permite à Letónia adotar o euro a partir de 1 de janeiro de 2014, bem como uma carta a dirigir ao Conselho Europeu de 27 e 28 de junho com essas conclusões. ▪ Relatórios sobre temas fiscais: O Conselho aprovou dois relatórios de natureza semestral sobre temas fiscais, um do ECOFIN ao Conselho Europeu, que apresenta uma visão geral sobre a evolução, durante a Presidência Irlandesa, das diferentes propostas legislativas na área da fiscalidade, e outro dos ministros das Finanças no contexto do Pacto para o Euro Mais, onde é

sublinhado o empenho da Presidência no combate à fraude e evasão fiscais e o reforço das atribuições do Grupo de Alto Nível para as Questões Fiscais.

- **Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária:** O Conselho adotou uma orientação geral sobre a Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária, permitindo à Presidência dar início ao processo de negociações com o Parlamento Europeu. A Diretiva atribui poderes às autoridades nacionais para intervir decisivamente nas instituições bancárias i) antes de se manifestarem quaisquer problemas, numa fase de prevenção, ii) quando esses problemas ocorrerem, numa fase precoce, e iii) quando a situação financeira de uma instituição se deteriorar de forma irreversível, para assegurar que as suas funções críticas são preservadas e que os custos da reestruturação e resolução dos bancos em situação de rotura sejam suportados pelos respetivos proprietários e credores e não pelos contribuintes. Paralelamente, é atribuído aos depósitos um estatuto preferencial em insolvência, que lhes confere uma segurança acrescida. Por fim, são introduzidos fundos de resolução, que recolherão junto do setor bancário contribuições para apoiar a intervenção em instituições em dificuldades.

De entre os pontos aprovados sem debate, salienta-se o acordo político alcançado pelo Conselho sobre um pacote de medidas destinadas a permitir aos estados-membros melhorar o combate contra a fraude no IVA. O pacote compreende duas diretivas comunitárias, uma que confere à Comissão competências de execução para acelerar, em casos de fraude ao IVA súbita e de grande escala, a obtenção pelos estados-membros de autorização para derogarem as disposições da Diretiva IVA (“mecanismo de reação rápida”), e outra, distinta mas complementar, relativa ao alargamento da aplicação opcional e temporária de um regime de autoliquidação a outros setores em que há fraudes conhecidas, permitindo que o beneficiário de bens e serviços seja responsável pelo pagamento do IVA em vez do fornecedor (“mecanismo de autoliquidação”).

Ainda no domínio da fiscalidade, salienta-se também o acordo político alcançado pelo Conselho sobre um regulamento comunitário que introduz alterações às regras vigentes quanto ao lugar das prestações de serviços para efeitos de IVA.

No domínio dos serviços financeiros, destacam-se as decisões tomadas pelo Comité de Representantes Permanentes (COREPER) referentes a quatro *dossiers*:

- Nos dias 29 de maio e 26 de junho, o COREPER confirmou os compromissos alcançados anteriormente com o Parlamento Europeu referentes à denominada Diretiva da Transparência (Diretiva 2004/109) e ao Regulamento de Abuso de Mercado, respetivamente. O primeiro compromisso permitirá a adoção do diploma em primeira leitura, enquanto o segundo permitirá à Presidência iniciar negociações com o Parlamento Europeu relativamente à Diretiva sobre o mesmo tema, que prevê sanções penais para “abusos de mercado”, com vista a uma adoção conjunta do Regulamento e da Diretiva em primeira leitura.
- Nos dias 13 e 26 de junho, o COREPER adotou orientações gerais referentes ao pacote DMIF II (Diretiva e Regulamento dos Mercados de Instrumentos Financeiros) e ao Regulamento relativo às informações-chave sobre pacotes de produtos de investimento de retalho, respetivamente, dispen-

Iniciativa	Sumário
	<p>sando a discussão destes diplomas no Conselho ECOFIN. As orientações gerais permitirão à Presidência dar início ao processo de negociações com o Parlamento Europeu.</p>
<p>Inspeções técnicas de veículos a motor</p> <p>Conselho de Ministros de 27 de junho</p>	<p>Alterou o regime de inspeções técnicas periódicas de veículos a motor, das inspeções para atribuição de matrícula e das inspeções extraordinárias de veículos a motor e seus reboques, tendo em vista a adaptação da legislação existente ao progresso técnico.</p> <p>Esta alteração visa promover uma maior adequação entre a periodicidade das inspeções técnicas exigidas aos reboques e semirreboques, ligeiros, em face da frequência de utilização que têm da via pública. Em concreto, alarga-se a periodicidade das inspeções dos reboques que raramente utilizam a via pública, onde se incluem os veículos utilizados por corporações de bombeiros e suas associações ou os destinados a transporte de material de circo ou de feira.</p>
<p>Desempenho energético dos edifícios</p> <p>Conselho de Ministros de 13 de junho</p>	<p>Aprovou um decreto-lei sobre o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação (REH) e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços (RECS), transpondo uma diretiva comunitária relativa ao desempenho energético dos edifícios.</p> <p>É feita uma revisão da legislação nacional, que se traduz em melhorias ao nível da sua sistematização e âmbito de aplicação, incluindo num único diploma legislação que se encontrava dispersa.</p> <p>Este diploma dá sequência às políticas de promoção da melhoria do desempenho energético dos edifícios, inserindo-se igualmente no plano mais vasto dos compromissos assumidos pela União Europeia, tendo em vista alcançar os objetivos de redução do consumo de energia e da emissão de gases com efeito de estufa.</p>
<p>Certificação profissional</p> <p>Conselho de Ministros de 13 de junho</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei relativa aos requisitos de acesso e de exercício da atividade do perito qualificado para a certificação energética, bem como do técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, conformando-o com a transposição de uma diretiva comunitária sobre o reconhecimento de qualidades profissionais.</p>
<p>Reforma da Administração Pública</p> <p>Conselho de Ministros de 6 de junho</p>	<p>Aprovou duas propostas de lei que consubstanciam medidas estruturais para a reforma do Estado e da Administração Pública.</p> <p>A primeira medida consiste na alteração do período normal de trabalho, de 35 para 40 horas semanais. Esta medida, ao mesmo tempo que acentua a convergência com o horário de trabalho no sector privado, corrige também situações de desigualdade dentro do próprio Estado.</p> <p>A segunda medida vem corrigir e melhorar o sistema de mobilidade especial, particularmente necessário para corresponder ao esforço de reestruturação dos serviços públicos. Decorridos mais de seis anos desde a sua criação, é agora alterado o sistema de mobilidade, tendo em conta os seus diminutos resultados em termos de racionalização da Administração Pública e de investimento nos seus trabalhadores. Tal como estava, o sistema limita-se a retirar os trabalhadores de funções, reduzindo progressivamente o seu salário, sem limites temporais e sem qualquer incentivo ao regresso ao exercício de funções.</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>O novo sistema aposta na requalificação dos trabalhadores durante um período de um ano, reconhecendo as competências específicas de cada um. O objetivo passa por criar melhores condições para estes trabalhadores poderem encontrar novas funções no contexto da reorganização dos serviços públicos. Por razões de equidade com o estabelecido no código do trabalho, a eventual cessação do contrato com os trabalhadores dará sempre lugar ao pagamento de indemnizações e à atribuição de subsídio de desemprego.</p> <p>Com este processo de racionalização da Administração Pública espera-se começar a libertar, em 2014 e de forma gradual, os instrumentos de reconhecimento de mérito e progressão de carreira dos funcionários públicos.</p>
Regime fiscal aplicável aos pagamentos de juros e royalties	Aprovou uma proposta de lei que opera a transposição definitiva da diretiva comunitária relativa ao regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de juros e royalties efetuados entre sociedades associadas de Estados-Membros diferentes.
Conselho de Ministros de 6 de junho	Com esta proposta de lei, e conseqüente abolição de retenção na fonte sobre o pagamento de juros e royalties entre entidades relacionadas, os custos de financiamento de entidades inseridas em grupos económicos transnacionais serão reduzidos, tornando mais atrativo o investimento em Portugal por redução de custos de contexto, promovendo-se desta forma a competitividade da economia nacional bem como o emprego.
Governação dos fundos europeus	Aprovou uma resolução que estabelece um novo modelo institucional de governação dos fundos europeus 2014-2020, que se fundamenta na existência de um nível de coordenação política e de um nível de coordenação técnica.
Conselho de Ministros de 6 de junho	<p>O nível de coordenação política será assegurado por uma Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria, a quem competirá assegurar o alinhamento da aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento com as orientações estratégicas nacionais e comunitárias e a sua articulação com os recursos orçamentais nacionais.</p> <p>O nível de coordenação técnica será assegurado por uma instituição a criar, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, com atribuições de programação, coordenação, certificação e de pagamento dos fundos da política de coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu), cabendo-lhe ainda as funções de monitorização, avaliação e reporte do Acordo de Parceria.</p>
Conselho Nacional do Mercado dos Valores Mobiliários	Aprovou uma alteração relativa ao Conselho Nacional do Mercado dos Valores Mobiliários.
Conselho de Ministros de 6 de junho	Esta decisão tem como objetivo clarificar a natureza do Conselho Nacional do Mercado dos Valores Mobiliários como órgão consultivo do Ministro das Finanças.

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Empresas de mediação imobiliária - licenciamento</i></p> <p>Portaria n.º 199/2013. D.R. n.º 105, Série I de 2013-05-31</p>	<p>Sujeita ao pagamento de taxas, destinadas a cobrir os encargos com a gestão do sistema de licenciamento e registo das empresas de mediação imobiliária e revoga a Portaria n.º 1328/2004, de 19 de Outubro.</p>
<p><i>Norma interpretativa sobre a taxa de "Segurança Alimentar Mais"</i></p> <p>Portaria n.º 200/2013. D.R. n.º 105, Série I de 2013-05-31</p>	<p>Aprova uma norma interpretativa, sobre a aplicação do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 215/2012, de 17 de julho, que regulamenta a taxa de "Segurança Alimentar Mais"</p>
<p><i>Renegociação da concessão de construção, conservação e exploração de autoestradas com a BRISA</i></p> <p>Despacho n.º 7131/2013. D.R. n.º 106, Série II de 2013-06-03</p>	<p>Constituição de comissão para a renegociação da concessão de construção, conservação e exploração de autoestradas, outorgada pelo Estado Português à BRISA - Autoestradas de Portugal, S. A. (BRISA)</p>
<p><i>Renegociação do segundo contrato de concessão das Travessias Rodoviárias do Tejo com a LUSOPONTE</i></p> <p>Despacho n.º 7130/2013. D.R. n.º 106, Série II de 2013-06-03</p>	<p>Constituição de uma comissão para a renegociação do segundo contrato de concessão das Travessias Rodoviárias do Tejo em Lisboa, celebrado entre o Estado Português e a LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S. A.</p>
<p><i>Impulso Jovem</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2013. D.R. n.º 107, Série I de 2013-06-04</p>	<p>Procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2012, de 14 de junho, que aprova o Plano Estratégico de Iniciativas de Promoção de Empregabilidade Jovem - «Impulso Jovem».</p>
<p><i>Mercado de eletricidade – custos de interesse geral</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 74/2013. D.R. n.º 107, Série I de 2013-06-04</p>	<p>Prevê a criação de um mecanismo regulatório tendente a assegurar o equilíbrio da concorrência no mercado grossista de eletricidade em Portugal e a adequada repartição de custos de interesse económico geral.</p>
<p><i>Terminal de GNL</i></p> <p>Portaria n.º 201/2013. D.R. n.º 109, Série I de 2013-06-06</p>	<p>Primeira alteração ao Regulamento do Terminal de Receção, Armazenamento e Regaseificação de Gás Natural Liquefeito adotado pela Portaria n.º 137/2011, de 5 de abril.</p>
<p><i>Lista aposentados e reformados</i></p> <p>Aviso n.º 7483/2013. D.R. n.º 110, Série II de 2013-06-07</p>	<p>Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de julho de 2013</p>
<p><i>Acesso a atividade económica privada - regulamentação</i></p> <p>Lei n.º 35/2013. D.R. n.º 111, Série I de 2013-06-11</p>	<p>Procede à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, que regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas.</p>
<p><i>Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional</i></p> <p>Aviso n.º 7674/2013. D.R. n.º 112, Série II de 2013-06-12</p>	<p>Abertura do período de candidaturas à criação de Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP).</p>
<p><i>Aprova alienação de capital da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros de Saúde, S.A. e Cares - Companhia de Seguros, S.A.</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 80/2013. D.R. n.º 112 SÉRIE II de 2013-06-12</p>	<p>Aprova o processo de alienação, direta ou indireta, do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros de Saúde, S.A. e Cares - Companhia de Seguros, S.A.</p>
<p><i>Regulamento interno da CReSAP</i></p> <p>Despacho n.º 7532/2013. D.R. n.º 112 SÉRIE II de 2013-06-12</p>	<p>Regulamento interno da Comissão de Recrutamento e Seleção da Administração Pública</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Regulamento de Avaliação sobre Adequação do Perfil do Cargo de Gestor Público</i></p> <p>Despacho n.º 7533/2013. D.R. n.º 112 SÉRIE II de 2013-06-12</p>	<p>Regulamento de Tramitação de Procedimentos de Avaliação Curricular e Parecer sobre Adequação do Perfil do Cargo de Gestor Público</p>
<p><i>Lista de imóveis do domínio privado do Estado</i></p> <p>Aviso n.º 7668/2013. D.R. n.º 112 SÉRIE II de 2013-06-12</p>	<p>Nova lista de imóveis do domínio privado do Estado Português</p>
<p><i>Quadros orçamentais dos Estados membros</i></p> <p>Lei n.º 37/2013. D.R. n.º 113, Série I de 2013-06-14</p>	<p>Procede à sétima alteração à lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/85/UE, do Conselho, de 8 de novembro, que estabelece requisitos aplicáveis aos quadros orçamentais dos Estados membros.</p>
<p><i>Cursos de Especialização Tecnológica</i></p> <p>Despacho n.º 7709/2013. D.R. n.º 113, Série II de 2013-06-14</p> <p>Despacho n.º 7710/2013. D.R. n.º 113, Série II de 2013-06-14</p>	<p>Cria e autoriza o funcionamento do CET de Técnico/a Especialista em Desenvolvimento de Produtos Multimédia, no CFPIC - Centro de Formação Profissional da Indústria de Calçado, com início no ano de 2013.</p> <p>Cria e autoriza o funcionamento do CET de Técnico/a Especialista em Automação, Robótica e Controlo Industrial, no CFPIC - Centro de Formação Profissional da Indústria de Calçado, com início no ano de 2013.</p>
<p><i>Programa ECO.AP</i></p> <p>Despacho n.º 7728-A/2013. D.R. n.º 113, Suplemento, Série II de 2013-06-14</p>	<p>Define as diretrizes para a implementação do programa de Eficiência Energética na Administração Pública - ECO.AP.</p>
<p><i>Medida Vida Ativa</i></p> <p>Portaria n.º 203/2013. D.R. n.º 114, Série I de 2013-06-17</p>	<p>Cria a medida Vida Ativa - Emprego Qualificado.</p>
<p><i>Cursos de Especialização Tecnológica</i></p> <p>Despacho n.º 7821/2013. D.R. n.º 114, Série II de 2013-06-17</p> <p>Despacho n.º 7822/2013. D.R. n.º 114, Série II de 2013-06-17</p>	<p>Cria e autoriza o funcionamento do CET de Técnico/a Especialista em Gestão de Redes e Sistemas Informáticos, no CFPIC - Centro de Formação Profissional da Indústria de Calçado, com início no ano de 2013.</p> <p>Cria e autoriza o funcionamento do CET de Técnico/a Especialista em Design de Calçado, no CFPIC - Centro de Formação Profissional da Indústria de Calçado, com início no ano de 2013.</p>
<p><i>Medidas de incentivo ao investimento</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 82/2013. D.R. n.º 114 SÉRIE I de 2013-06-17</p>	<p>No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, introduz um conjunto de medidas de incentivo ao investimento</p>
<p><i>Rescisão do Contrato de Concessão do Túnel do Marão</i></p> <p>Despacho n.º 7841-C/2013. D.R. n.º 114 SÉRIE II, 2º SUPLEMENTO de 2013-06-17</p>	<p>Rescisão do Contrato de Concessão do Túnel do Marão</p>
<p><i>Determina a demissão/cessação dos cargos de personalidades envolvidas nos contratos de instrumentos financeiros derivados de natureza especulativa</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2013. D.R. n.º 115 SÉRIE I de 2013-06-18</p>	<p>Determina que se proceda à demissão de gestores públicos, por mera conveniência, à cessação da designação em regime de substituição de vogal de instituto público e à cessação dos cargos de direção ou de responsabilidade na área financeira de personalidades envolvidas na celebração de contratos de instrumentos financeiros derivados de natureza claramente especulativa e ou contratualmente desequilibrados</p>
<p><i>Apoio à Contratação - reembolso da TSU</i></p> <p>Portaria n.º 204-A/2013. D.R. n.º 115, 2º Suplemento, Série I de 2013-06-18</p>	<p>Cria a medida de Apoio à Contratação Via Reembolso da Taxa Social Única (TSU).</p>
<p><i>Medida Estágios Emprego</i></p> <p>Portaria n.º 204-B/2013. D.R. n.º 115, 2º Suplemento, Série I de 2013-06-18</p>	<p>Cria a medida Estágios Emprego.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E.</i></p> <p>Despacho n.º 7982/2013. D.R. n.º 116, Série II de 2013-06-19</p> <p>Despacho n.º 7983/2013. D.R. n.º 116, Série II de 2013-06-19</p>	<p>Autorização de repartição de encargos plurianuais.</p>
<p><i>Exercício de atividades de intermediação financeira</i></p> <p>Regulamento da CMVM n.º 3/2013. D.R. n.º 117 SÉRIE II de 2013-06-20</p>	<p>Exercício de atividades de intermediação financeira (altera o Regulamento da CMVM n.º 2/2007)</p>
<p><i>Processo arbitral entre o Estado Português e a Elos, relativo ao projeto do Troço Poceirão/Caia</i></p> <p>Despacho n.º 8056-B/2013. D.R. n.º 117 SÉRIE II, 1º SUPLEMENTO de 2013-06-20</p>	<p>Subdelega no Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. ("IMT, I.P.") a prática dos atos relativos ao acompanhamento do processo arbitral que opõe o Estado Português à Elos - Ligações de Alta Velocidade, S.A. ("ELOS") - relativo ao projeto do Troço Poceirão/Caia</p>
<p><i>Subsídio de férias – administração pública e aposentados</i></p> <p>Lei n.º 39/2013. D.R. n.º 118, Série I de 2013-06-21</p>	<p>Regula a reposição, em 2013, do subsídio de férias para os trabalhadores públicos, aposentados, reformados e demais pensionistas.</p>
<p><i>Relatório de atividades e contas de 2012 do ISP</i></p> <p>Relatório n.º 14/2013. D.R. n.º 119 SÉRIE II de 2013-06-24</p>	<p>Relatório de Atividade e Contas Anuais 2012</p>
<p><i>Mercado interno da eletricidade e do gás natural</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 84/2013. D.R. n.º 120, Série I de 2013-06-25</p>	<p>Procede à terceira alteração aos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, com vista a completar a transposição das Diretivas n.os 2009/72/CE e 2009/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelecem as regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural, respetivamente, e revogam as Diretivas n.os 2003/54/CE e 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2003.</p>
<p><i>Veículos movidos a GPL e GN</i></p> <p>Portaria n.º 207-A/2013. D.R. n.º 120, Suplemento, Série I de 2013-06-25</p>	<p>Aprova o Regulamento de Utilização, Identificação e Instalação de gás de petróleo liquefeito (GPL) e gás natural comprimido e liquefeito (GN) em veículos.</p>
<p><i>Entidades formadoras</i></p> <p>Portaria n.º 208/2013. D.R. n.º 121, Série I de 2013-06-26</p>	<p>Primeira alteração à Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, que regula o sistema de certificação de entidades formadoras previsto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro.</p>
<p><i>Electroprodutores eólicos</i></p> <p>Diretiva n.º 9/2013. D.R. n.º 121, Série II de 2013-06-26</p>	<p>Pagamento de compensações por centros electroprodutores eólicos abrangidos pela aplicação do Decreto-Lei n.º 35/2012, de 28 de fevereiro.</p>
<p><i>Tarifas de gás natural</i></p> <p>Diretiva n.º 10/2013. D.R. n.º 121, Série II de 2013-06-26</p>	<p>Tarifas e Preços de Gás Natural para o ano-gás 2013-2014 e Parâmetros para o período de regulação 2013-2016.</p>
<p><i>Comercialização de GNL</i></p> <p>Diretiva n.º 11/2013. D.R. n.º 121, Série II de 2013-06-26</p>	<p>Mecanismo de Incentivo à Existência de Trocas Reguladas de gás natural liquefeito (GNL).</p>

Abreviaturas Utilizadas

